

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO DOS
ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL

RAFAELLA VARGAS DE CARVALHO

FLORIANÓPOLIS-SC
2010.1

RAFAELLA VARGAS DE CARVALHO

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO DOS
ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Dr^a Vera Herweg Westphal.

FLORIANÓPOLIS

2010.1

RAFAELLA VARGAS DE CARVALHO

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO DOS
ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pelo Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

BANCA EXEMINADORA

Profª Vera Herweg Westphal, Drª

Orientadora

Assistente Social Cleci Elisa Albiero, Msc

1ª Examinadora

Profª Sirlândia Schappo, Drª

2º Membro Examinador

Florianópolis, julho de 2010.

Dedico este trabalho aos meus pais, Ivo e Néa. Por todo
o amor, e com todo amor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ivo França de Carvalho e Irinéa M^a Bandoli V. de Carvalho pelas possibilidades de estudo, pelo incentivo e pelo amor.

Ao meu irmão Higor Vargas de Carvalho pelo simples fato de ser irmão, e acima disso, por saber sê-lo, na presença do dia a dia e na partilha da vida.

Agradeço ao meu noivo, meu amigo e companheiro Rafael Henrique Campos Pelachini, pelo imenso amor. Pela compreensão, pela ajuda, e principalmente pela paciência, imprescindíveis nessa etapa da minha vida.

Agradeço à minha querida orientadora, Vera Herweg Westphal, pela calma, sabedoria e por suas significativas contribuições que me auxiliaram na construção deste trabalho.

Aos amigos queridos, presentes e incentivadores para que eu chegasse até aqui.

MUITO OBRIGADA!!!

Rafaella Vargas de Carvalho

SE PUDERES OLHAR, VÊ. SE PODES VER,
REPARA.

Retrato do desmoronar completo da sociedade causado pela cegueira que aos poucos assola o mundo, reduzindo-o ao obscurantismo de meros seres extasiados na busca incessante pelo poder. Crítica pura às facetas básicas da natureza humana encarada como uma crise epidêmica. Mais do que olhar, importa reparar no outro. Só dessa forma o homem se humaniza novamente. Caso contrário, continuará uma máquina insensível que observa passivamente o desabar de tudo à sua volta.

José Saramago

RESUMO

CARVALHO, Rafaella Vargas de. A Responsabilidade Social Empresarial através da categoria profissional: um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

O presente trabalho tem como objeto de estudo a abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social entre os anos de 2004 a 2008. O objetivo da pesquisa foi abordar quanti-qualitativamente como a categoria profissional do Serviço Social tem debatido as ações de RSE, a fim de analisar como vem se dando a requisição do Assistente Social para trabalhar nas ações de Responsabilidade Social. Traz uma reflexão acerca do conceito de Responsabilidade Social Empresarial, sua relevância e abrangência junto à sociedade na atualidade. Desse modo, a pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa exploratória, pautada na análise documental e bibliográfica. O universo da pesquisa foram os documentos digitais (CD-ROM's) dos ENPESS ocorridos nos anos de 2004 a 2008. Identificou-se 29 trabalhos com o tema em questão. Concluiu-se que o tema é pouco abordado, constituindo em apenas 1,5% do total. Em sua maioria foram pesquisas e não relato de experiências. Os Assistentes Sociais tem analisado a RSE como espaço e lócus contraditório de atuação da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social Empresarial, Responsabilidade Social Empresarial, ENPESS.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	SITUANDO O SERVIÇO SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL.....	15
2.1	Serviço Social Empresarial: dos seus primórdios até 1970.....	15
2.2	Reestruturação Produtiva e o Serviço Social a partir década de 1980.....	18
2.3	O Serviço Social e a Responsabilidade Social.....	21
3.	A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	24
3.1	A Responsabilidade Social no mundo.....	24
3.2	Situando a Responsabilidade Social no Brasil.....	28
3.3	Conceitos atuais de Responsabilidade Social Empresarial.....	30
4.	A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO TEMA NOS ENPESS.....	35
4.1	ENPESS IX – 2004.....	36
4.2	ENPESS X – 2006.....	42
4.3	ENPESS XI – 2008.....	50
4.4	Reflexões colocadas ao serviço social na rse a partir dos enpess de 2004 a 200858	
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
	APÊNDICES.....	68
	APÊNDICE A – Tabela demonstrativa das categorias analisadas nos artigos selecionados no IX ENPESS de 2004.....	69
	APÊNDICE B – Tabela demonstrativa das categorias analisadas nos artigos selecionados no X ENPESS de 2006.....	71
	APÊNDICE C – Tabela demonstrativa das categorias analisadas nos artigos selecionados no XI ENPESS de 2008.....	73

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2004 por cada eixo temático.....	39
Gráfico 2: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados no eixo temático “Articulação entre formação e Exercício Profissional” no ENPESS de 2004.....	39
Gráfico 3: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados no eixo temático “Formação Profissional” no ENPESS de 2004.	40
Gráfico 4: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2006 por cada eixo temático.....	45
Gráfico 5: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2006 pela temática da RSE.....	46
Gráfico 6: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados nos quatro eixos temáticos do ENPESS de 2006.....	46
Gráfico 7: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2008 por cada eixo temático.....	53
Gráfico 8: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2008 pela temática da RSE.....	53
Gráfico 9: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados nos quatro eixos temáticos do ENPESS de 2008.....	54
Gráfico 10: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE apresentados nos ENPESS de 2004, 2006 e 2008.	58

Índice de Quadros

Quadro 1: Síntese Conceitual de responsabilidade social	32
Quadro 2: Síntese Conceitual de Responsabilidade Social na década de 2000.....	33
Quadro 3: Dados Gerais dos ENPESS de 2004 a 2008.	36
Quadro 4: Dados demonstrativos do IX ENPESS 2004 conforme eixo e sub-eixo temático.....	38
Quadro 5: Dados demonstrativos do X ENPESS 2006 conforme eixo e sub-eixo temático.....	44
Quadro 6: Dados demonstrativos do XI ENPESS 2008 conforme eixo e sub-eixo temático. – Parte II	52

Lista de Siglas

ABEPSS – Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social

ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas

Cives - Associação de Empresários pela Cidadania

EUA – Estados Unidos da América

Enanpad - Encontro Anual da Associação dos Cursos de Pós-Graduação em Administração

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial

Fiemg - Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GESSOT - Grupo de Estudos de Serviço Social do Trabalho

Gife - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais

ICE - Instituto de Cidadania Empresarial

NAS – Núcleo de Ação Social

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

1. INTRODUÇÃO

A história da não-priorização das políticas sociais por parte do Estado e sua relação com a sociedade civil no enfrentamento dos problemas sociais já se fazem presentes há séculos no Brasil. Ao se conhecer a política social dos governos brasileiros verifica-se que a prestação de serviços sociais universais, gratuitos e de qualidade à população sempre se fez de forma precária e insuficiente. No entanto, o ideário neoliberal vigente em grande parte do mundo há mais de uma década busca mostrar a ineficiência de um Estado que assume cada vez mais um papel de gestor da economia, atendendo aos interesses do grande capital, liberando a ação do mercado e acelerando a desigualdade social.

Esse ciclo de acumulação e reprodução do capital, frutos da reestruturação produtiva, traz à tona duas questões: uma se refere aos avanços tecnológicos e seus impactos sobre as formas de organização social e política do trabalho, suas expressões nas esferas da produção e da reprodução social. A segunda, relacionada ao desenvolvimento de políticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), sendo inicialmente implantadas no “amparo” aos trabalhadores no intuito de que os mesmos produzam mais e melhor.

Na década de 1980, principalmente com a Constituição Federal, ocorrem importantes mudanças na área do Serviço Social, momento de priorização das políticas e garantia dos direitos sociais. Os anos de 1990, portanto é que culminam as transformações societárias mais expressivas para a profissão, ilustradas pela reestruturação produtiva do trabalho e pela contra-reforma do Estado.

Nessa contextualização, com a precarização do Estado, é que as empresas passam a assumir um papel de agentes preocupados com as demandas geradas pela sociedade, executando ações através de Programas de RSE, no intuito de melhorar a qualidade de vida de seus trabalhadores, atender a comunidade, o meio ambiente, fornecedores e clientes.

Dessa forma, o papel do setor empresarial tem sido cada vez mais discutido, dentre outros aspectos, devido à exigência deste na participação e atuação em outros aspectos além do econômico. Cada vez mais surgem empresas envolvidas e

preocupadas com o meio social e ambiental, onde estas são denominadas empresas cidadãs.

No entanto, o conceito de RSE vai além de ações sociais propriamente ditas, implicando em uma postura corporativa que a organização mantém com todos os públicos com os quais se relaciona. Diante disso, entre os profissionais requisitados para atuar na área da RSE estão os Assistentes Sociais.

Dessa forma é importante refletir acerca dos debates travados perante a constatação da atuação do Serviço Social em Programas e Ações de RSE. Sendo assim, exponho no trabalho a seguir uma contextualização histórica sobre o surgimento e os conceitos da RSE no mundo e no Brasil, para que dessa forma possamos nos embasar e partir para uma compreensão das ações sociais executadas pelas empresas como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.

Para elucidar esta questão, teve-se como problema de pesquisa: Como o Assistente Social desenvolve ou pode desenvolver seu Processo de Trabalho nas Organizações privadas e lucrativas, em programas de Responsabilidade Social Empresarial?

Para responder à questão colocada, me propus a pesquisar os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) nos anos de 2004, 2006 e 2008, a fim de verificar o que vem sendo produzido sobre a temática, na relação com o Serviço Social. E mais, procurando, assim, identificar quais as ações propostas pelo Assistente Social na efetivação de programas de RSE, bem como as áreas de atuação, as empresas envolvidas e os conceitos dados à essas ações sociais.

Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso embasa-se numa perspectiva histórico-crítica, utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos, visto que ao mesmo tempo em que será necessário traduzir em números a Responsabilidade Social Empresarial nos ENPESS, também investiga tal fenômeno buscando apreender a visão, os discursos e as práticas dos empresários envolvidos com ações de Responsabilidade Social.

Considerando aqui os métodos quantitativos e qualitativos como complementares, o processo metodológico será constituído dos seguintes instrumentos: levantamento teórico, identificação das perspectivas de análise em estudo e coleta de dados acerca das práticas de RSE expostas nos IX, X e XI ENPESS.

O TCC está estruturado em três capítulos, sendo que no primeiro será abordado sobre a inserção do Serviço Social enquanto profissão no campo empresarial brasileiro. No segundo, será tematizado a RSE, tanto o seu surgimento, quanto concepções. E por fim, no terceiro, estão expostos os resultados do identificado nos ENPESS.

2. SITUANDO O SERVIÇO SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL

2.1 Serviço Social Empresarial: dos seus primórdios até 1970

O Serviço Social surge no âmbito empresarial no bojo do processo de industrialização. Porém, não significando necessariamente, que ele tenha intervido para atender as reais necessidades dos trabalhadores, já que nos primórdios o Serviço Social atuou para aliviar os problemas decorrentes da contradição fundamental entre capital e trabalho.

As primeiras tentativas de assistência ao trabalhador estão ligadas aos Círculos de Operários, já no primeiro quartal do século passado. A partir de 1930, com o impacto da Revolução Industrial no Brasil, desenvolveu-se o interesse pelo atendimento às demandas existenciais e sociais da classe trabalhadora.

No mesmo século, em 1936, surgiu a primeira escola de Serviço Social no país, sob uma forte influência católica e europeia. Esta foi criada em São Paulo, através do Centro de Estudos e Ação Social.

Segundo Rico (1987), tal influência perdurou até aproximadamente 1945. A partir daí o Serviço Social passou a sofrer grandes influências através do desenvolvimento industrial e tecnológico dos EUA, sendo dessa fase que a profissão traz consigo uma herança marcada pelas teorias positivistas, com ênfase na questão metodológica e pautado em teorias que permitissem intervir no subdesenvolvimento econômico e social, no sentido de melhorá-lo.

Em 1943 surgem as primeiras experiências do Serviço Social junto aos operários, com a criação dos IAPS (Institutos de Aposentadorias e Pensões), e na criação de entidades patronais como o SESI (Serviço Social da Indústria) e o SESC (Serviço Social do Comércio), como forma de atendimento a uma população assalariada que surgia em um processo acelerado de urbanização, ampliando-se de forma significativa as possibilidades de atuação do Serviço Social junto aos trabalhadores (RICO, 1987).

Por outro lado, os profissionais que trabalhavam nessas organizações começaram a deparar-se com problemáticas geradas a partir de um crescimento

industrial, expresso através do surgimento de empresas concentradas na região Sul e Sudeste do país, onde viu-se a necessidade de profissionais especializados. Dessa forma, o Serviço Social foi absorvido pelas empresas voltando-se para o trabalhador no contexto empresarial.

Em um primeiro momento, as empresas brasileiras de origem européia foram as que receberam melhor a possibilidade de ter profissionais que pudessem interferir nas relações humanas no trabalho. Porém, o interesse pelo atendimento a esses trabalhadores não era com o intuito de fornecer melhorias ao bem estar do trabalhador, e sim de prover melhorias para que os mesmos pudessem atingir níveis mais elevados de produção.

Nesse sentido, Mota enfatiza que:

Apenas se ressalta a participação da empresa no processo de legitimação da prática do Serviço Social, na medida em que requer a ação profissional em função da representatividade social que esta possui e quando exige criação de novas ações para atender prerrogativas específicas, isto é, os problemas sociais dos seus empregados que afetam a produtividade da força de trabalho. (1991, p.40)

O Serviço Social empresarial no Brasil começou a aparecer de fato a partir de 1960, quando também ocorria o movimento de Reconceituação da profissão. As empresas procuravam no Serviço Social empresarial profissionais com o intuito de manter o equilíbrio entre trabalhadores e a situação de trabalho. Sendo assim, eram requisitados pelas empresas para intervir junto aos trabalhadores na garantia das necessidades de subsistência, como a alimentação, saúde, habitação, e também nas relações familiares e sociais, nas quais possibilitavam o desenvolvimento cultural e a participação na vida civil, ética e política.

Dessa forma, constata-se que apesar do Serviço Social empresarial ter vestígios na década de 1940, é na década de 1960 que sua atuação profissional começa de fato a ganhar mais forças no campo empresarial.

Sendo assim, nas décadas de 60 e 70 surgem grupos de assistentes sociais de empresa, como exemplo do Grupo de Estudos de Serviço Social do Trabalho – GESSOT, criado em 1969 pelo Ministério do Trabalho, e o Grupo Meta, criado em 1972. Ambos contribuíram com reflexões no campo do trabalho empresarial na área do Serviço Social, inclusive elaborando material bibliográfico no qual expunham suas contribuições (RICO, 1987).

Nesse aspecto, ressalta MOTA:

Tanto o GESSOT quanto o Grupo META apresentam concepções semelhantes sobre o que é empresa. Entendem que é uma unidade econômica que reúne diversos fatores de produção, buscando e/ou incentivando o atendimento às necessidades dos consumidores através da produção e distribuição de bens ou serviços, com objetivo de adquirir uma renda monetária (lucro) resultante da diferença de preço entre os fatores de produção e a mercadoria. (1987, p.51)

Sendo assim, o objeto de intervenção do Serviço Social empresarial neste período consistiu no relacionamento entre empresa e empregado. Segundo os Grupos GESSOT e META, as empresas apresentam funções econômicas e sociais, sendo que as funções econômicas estão relacionadas aos meios que levam a produzir lucros, como a matéria prima, o capital, a tecnologia e o trabalho humano. E a função social se refere ao atendimento das necessidades humanas de seus trabalhadores, havendo assim uma preocupação com o homem enquanto consumidor e o homem enquanto elemento de sua produção, pois o homem não está isolado somente em seu contexto empresarial, mas carrega consigo também suas origens sociais, características físicas, psicológicas, culturais e históricas. É nesse sentido que o Serviço Social deve compreender sua prática profissional a partir das diversas demandas que surgem através do relacionamento entre empresa e empregado. (RICO,1987).

Os Grupos GESSOT e Meta tinham uma definição própria acerca do Serviço Social de Empresa. No documento do GESSOT consta:

O Serviço Social do Trabalho em empresa (...) pode ser definido como a intervenção nos diversos fenômenos que caracterizam a estrutura empresarial e nas situações sociais que tenham relação com a situação de trabalho, dentro da perspectiva do desenvolvimento integral. (Gessot, 1972, p.5 – apud RICO,1987, p.51)

Ou seja, as conceituações de Serviço Social empresarial de acordo com o GESSOT e Meta foram determinadas pela situação social da qual os trabalhadores fazem parte, um sistema de produção capitalista, porém, frisando a importância de que se haja um equilíbrio entre a empresa, considerada como organização econômica e social, e o trabalhador, considerado como fator de produção.

O Serviço Social empresarial tem diferenças de atuação profissional em diferentes épocas. Até aqui foi exposto o contexto inicial até os anos 1970. A seguir expor-se-á o Serviço Social a partir dos anos de 1980.

2.2 Reestruturação Produtiva e o Serviço Social a partir década de 1980

Inicia-se nos anos 70 uma crise do capital, e em resposta a essa crise, deflagra-se um processo de reestruturação produtiva, ocasionando mudanças para o mundo do trabalho. (ANTUNES, 2000)

A reestruturação produtiva está relacionada com as transformações estruturais da produção e do trabalho, e se expressa através da caracterização de grandes investimentos nos setores tecnológicos e automobilísticos e no declínio de setores mais tradicionais, como os têxteis. Sendo assim, a reestruturação produtiva se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, introduzindo novas tecnologias e novos padrões de gestão do trabalho, através do modelo toyotista, criando assim um processo de individualização das relações entre capital e trabalho.

O padrão toyotista aparece como uma opção para superar a crise do capital, sendo uma produção vinculada à demanda, atendendo à exigências mais individualizadas, sendo o trabalho realizado em equipe, com variedades de funções, tendo como princípio o “*just in time*”, ou seja, maior aproveitamento possível da produção, a busca permanente pela eficiência e diminuição de custos, através da racionalização do processo de trabalho (ANTUNES, 2000).

A característica outal desse novo padrão é a flexibilidade, fundamentado num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, e o processo de organização do trabalho se realiza mediante uma intensificação das condições de exploração da força de trabalho.

Sendo assim, essa nova concepção implica na necessidade de uma força de trabalho flexível, mais qualificada, que deve ter várias preocupações e realizar diversos tipos de tarefas.

Nesse sentido, CESAR afirma:

A flexibilização do processo produtivo imprime novas exigências ao trabalhador, que incidem sobre as qualificações profissionais, as condições de inserção no mercado de trabalho e os mecanismos de proteção social. Merece destaque a demanda por trabalhadores qualificados e “passivizados” e a redução de postos para aqueles sem qualificação, que se transformaram em trabalhadores excluídos e desorganizados (2000, p. 119).

É nesse discurso empresarial que se enfatiza a qualificação, as múltiplas competências, a adaptabilidade, a participação, o envolvimento e,

consecutivamente, a adoção de padrões mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador.

Já no âmbito do mercado de trabalho, a busca da flexibilização exige a “livre contratação” entre capital e trabalho, sem intervenção do Estado. O objetivo é flexibilizar a jornada de trabalho, os direitos sociais existentes e a remuneração (ANTUNES, 2000).

Nesse aspecto, é importante citar também o processo de globalização, que vinculado a reestruturação produtiva, acaba por acirrar ainda mais a competição empresarial, ocasionando transformações no processo de produção e gestão da força de trabalho a nível internacional.

Para se adaptar a essa fase, é necessário que, além do investimento em novas tecnologias, haja a cooperação dos trabalhadores nesse processo. Assim, ocorre o apelo à subjetividade do trabalhador, mediante o discurso de participação no âmbito da empresa, desta forma manipulando os empregados, permitindo a estes a administração cotidiana de seus postos de trabalho, integrando-os a empresa e possibilitando uma ilusão de participação. (ANTUNES, 2000)

Contemporaneamente os trabalhadores encontram-se mais envolvidos no processo de produção, com mais responsabilidades e maior grau de autonomia para tomar decisões, porém, é importante destacar que essa participação é imposta e controlada pelas organizações, uma vez que as decisões mais importantes ainda são tomadas pela direção.

No que se refere ao Serviço Social, a ação profissional dos Assistentes Sociais nos anos de 1980 foi sendo cada vez mais solicitada pelas empresas, para atuar na área de Recursos Humanos, desenvolvendo ações de caráter educativo junto aos trabalhadores. Outro enfoque na contratação dos assistentes sociais foi centrado na formação técnica profissional em administrar benefícios sociais, gerenciando assim, as necessidades sociais do trabalhador. (RICO, 1987)

É nesse contexto que o Serviço Social do final dos anos de 1980 e início de 1990 é influenciado também diretamente pelo processo de reestruturação produtiva.

Sendo assim, os anos de 1990 são marcados por mudanças na gestão e organização do trabalho, mudanças nos acessos aos direitos e benefícios oferecidos pelas empresas ao conjunto dos trabalhadores.

Segundo VALÉRIO:

Nesse momento há uma necessidade do trabalhador se envolver com as metas de qualidade e produtividade da empresa, pois é partir das estratégias de aumento da produção que dependerão seus remunerados. Aqui acontece inversão de direitos do trabalhador alcançados na década de 1980, pois o acesso aos benefícios e serviços oferecidos pelas empresas passa a depender diretamente do aumento da produtividade. (2007, p. 17)

Ou seja, há um foco na “nova responsabilidade” do trabalhador, no aumento de sua participação com o intuito de atingir cada vez mais as metas estabelecidas pelas empresas, e consecutivamente, conquistar aumentos salariais.

É nesse contexto de atuação empresarial que o Serviço Social passa a determinar e propor novas práticas de ação profissional, atrelado às políticas de recursos humanos e articulando as exigências das empresas com as necessidades dos trabalhadores.

No final da década de 1990, novas responsabilidades são introduzidas à ação profissional do Serviço Social, onde além de ações atreladas a prestação de serviços sociais, os assistentes sociais também são designados a realizar a “assessoria às gerências”, em questões ligadas à vida particular do trabalhador e que interferem no seu desempenho produtivo.

Sobre este assunto CESAR esclarece:

Assessoria às gerências: as requisições feitas ao profissional concentram-se nas chamadas “necessidades humanas”, em especial no que tange às questões relacionadas ao comportamento e à vida privada do trabalhador que interferem no trabalho. (2000, p.131)

Percebe-se então que a função do Serviço Social continua vinculada à mediação das relações de trabalho e ao aumento da produtividade.

Ainda na mesma década, são exigidas do Assistente Social novas atribuições profissionais, que ultrapassam seu conhecimento específico, surgindo assim o profissional polivalente. Para IAMAMOTO, o trabalhador polivalente é:

Aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. (1998, p. 32)

Ou seja, o assistente social deixa assim de ser um profissional especializado e passa a ser solicitado a atender múltiplas questões, sendo elas relativas às áreas de recursos humanos, como o recrutamento e seleção, desenvolvimento de pessoas, saúde e segurança do trabalho, entre outros, como evidenciado na pesquisa de Herweg e Gessele (2000).

Deste modo dos anos 1990 até os dias atuais despontam ao Serviço Social empresarial novas demandas e desafios, como veremos a seguir, principalmente no que concerne a sua atuação em programas de responsabilidade social empresarial.

2.3 O Serviço Social e a Responsabilidade Social

Como vimos acima, a origem do Serviço Social na empresa está relacionada às determinações específicas da produção capitalista e das relações de trabalho, ligado ao nível de eficiência, racionalidade e produtividade impostos pelo processo de modernização do capital, com o intuito de inserir um profissional que vigie e controle a força de trabalho na organização.

Segundo Chiavenato, “para mobilizar e utilizar plenamente as pessoas em suas atividades, as organizações estão mudando os seus conceitos e alterando as práticas gerenciais” (1999, p.4). Se desse modo a preocupação até os anos de 1990 era muito mais voltada para a estrutura organizacional, a partir desse ano o que passa a ser centro das atenções são os aspectos dinâmicos e, portanto “as pessoas passam a ser a principal base da nova organização” (CHIAVENATO, 1999, p 4).

Portanto, fica expressa a “transformação social das empresas” diante da instabilidade do mercado mundializado, exigindo renovações e adaptações permanentes, tendenciando as empresas para darem ênfase ao seu potencial humano e à sua cultura, para em troca, solicitar maior engajamento, individual e coletivo, de seu pessoal na qualidade do trabalho desenvolvido. (REGIS, 2008)

As mudanças geradas a partir de 1990 até os dias atuais para o Serviço Social Empresarial contribuíram para o surgimento de novas demandas de trabalho e atuação profissional, salientando a importância do Assistente Social no âmbito empresarial. Sobre isto, Menegasso ressalta:

As mudanças que vem ocorrendo no contexto das organizações empresariais, seja pelo processo de reestruturação produtiva ou pela modernização organizacional, trazem em seu bojo novas formas de produzir o trabalho, novas estratégias de controle produtivo e social; conseqüentemente, surgem também novas formas de gestão dos recursos humanos, novas formas de participação e de comprometimento dos empregados. Não há como negar, portanto, a visibilidade e a emergência das ações empresariais sob a égide da responsabilidade social da empresa. (2001, p.69)

É nessa esfera que as preocupações com as expressões da questão social emergem no contexto empresarial. A partir ainda da década de 1990, há uma

expansão do Terceiro Setor, caracterizada como conseqüência do “aumento da inserção de recursos oriundos de organizações vinculadas ao empresariado em projetos de interesse público” (MENEGASSO, 2001, p.64), desencadeando em crescente envolvimento das empresas em projetos sociais, delineando uma nova preocupação da sociedade, referente à necessidade de mobilização contra a exclusão social. (PFEIFER, 2006).

Nesse viés, as empresas no limiar do século XXI passam a se preocupar com as transformações de um mercado globalizado, exigindo novas estratégias de gestão. A Responsabilidade Social surge, então, como um diferencial e uma exigência de mercado, e as empresas passam a investir em ações que não visassem apenas o aumento de lucros, mas que se preocupassem também com as demandas sociais.

A Política de Responsabilidade Social começa então a ser implementada pelas empresas, possibilitando a atuação de diferentes profissionais, entre eles, o Assistente Social, capacitado para atuar na perspectiva de sensibilizar e socializar informações referentes aos direitos sociais e benefícios sociais, elaborando estudos e pareceres sociais e articulando redes e parcerias, considerando não só seu público interno, mas também o relacionamento com o público externo.

Com base em Souto, vale ressaltar que:

A Responsabilidade Social Empresarial, traz ao profissional o desafio de se inscrever nesse processo de elaboração e de criação de estratégias com propostas e metodologias qualificadas, promovendo a revisão de competências profissionais e de seus procedimentos para responder às necessidades destes espaços. (2003, p. 37)

Nessa perspectiva, a questão da responsabilidade social empresarial pode dividir-se em duas dimensões. Com base em Menegasso (2001), Valério esclarece que a primeira diz respeito ao trabalhador no espaço organizacional, relacionado às suas condições de trabalho e ao acesso aos seus benefícios, e a outra, refere-se aos investimentos feitos no contexto externo da organização, como ações, projetos e programas desenvolvidos na comunidade.

As novas ações incorporadas pelas empresas decorrem de um conjunto de transformações societárias, onde se evidencia um afastamento das funções do Estado no âmbito das políticas sociais. Nesse contexto, paralelo as empresas

privadas, há uma crescente expansão do chamado Terceiro Setor¹, como já citado anteriormente, atuando e responsabilizando-se também por estas funções, abrindo espaço para atuação do profissional de Serviço Social.

Destarte, podemos notar que em decorrência de mudanças e de manifestações de um processo de reestruturação produtiva, como vimos anteriormente, emergem então propostas de atuação profissional do Serviço Social dentro das Políticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Estas podem, então, serem interpretadas como resposta à redução do Estado na formação e implementação das políticas públicas, passando então, a responsabilidade para as organizações privadas e não governamentais e os movimentos sociais.

Para aprofundarmos o Serviço Social no âmbito empresarial e mais especificamente, na sua atuação na Política de Responsabilidade Social Empresarial, passaremos, no próximo capítulo, a situar historicamente e conceituar a Responsabilidade Social Empresarial.

¹ Não discutiremos aqui a polêmica categoria Terceiro Setor, apenas fazemos menção ao seu uso mais corrente. Para uma análise crítica, ver Montañó (2005).

3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

3.1 A Responsabilidade Social no mundo

No século XIX a Responsabilidade Social Corporativa e uma determinada ética social não iniciaram suas ações somente no contexto do interesse econômico privado, mas sim através do Estado ou da Monarquia, quando estes expediam alvarás para corporações de capital aberto que prometessem benefícios públicos, como a exploração e a colonização do Novo Mundo.(ASHLEY,2005)

Ainda, segundo a autora (2005), com a independência dos Estados Unidos, começaram a surgir manifestações mais visíveis acerca da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), inicialmente para serviços de interesse público, como citado anteriormente, e em seguida, foi direcionada para a condução de negócios privados com o propósito de gerar lucros aos acionistas.

Na trajetória histórica da RSE, aconteceram alguns pontos marcantes, quando em 1919, nos Estados Unidos, as questões da ética e da responsabilidade vieram à tona com o julgamento do caso “Dodge versus Ford”, quando Henry Ford, presidente e acionista majoritário, decidiu em 1916, reverter parte dos dividendos esperados para investimentos na capacidade de produção, e aumento de salários. Essa atitude não foi interpretada de forma positiva pela Suprema Corte de Michigam, esta favorável aos Dodges e justificando que os lucros deveriam favorecer apenas aos seus acionistas.

Antes disso, vale ressaltar que, em 1899, Andrew Carnegie, fundador do U.S Steel Corporation, publicou um livro chamado “O Evangelho da Riqueza”, estabelecendo uma abordagem da responsabilidade social das grandes empresas. A visão de Carnegie baseava em dois princípios: 1) o princípio da caridade, no qual exigia que membros que tinham mais condição monetária ajudassem os que tinham menos, como desempregados, inválidos, idosos, e 2) o princípio da custódia, onde exigia que as empresas e os ricos se enxergassem como guardiães de sua propriedade, a idéia era de que os ricos guardassem o dinheiro “em confiança” para

o resto da sociedade, mantendo suas propriedades em custódia, para o benefício da sociedade como um todo. (STONER e FREEMAN, 1999).

Já em 1920 surgiu um movimento chamado “Community Chest”, que segundo Stoner e Freeman (1999), se configurava como um fundo comunitário onde os ricos decidiam com quanto contribuir, e a caridade era considerada uma obrigação dos indivíduos e não das empresas.

Apenas na Grande Depressão, da década de 1930, é que um grande número de executivos se propôs a assumir o interesse pelo impacto social das empresas. Em relação a este aspecto, Stoner e Freeman citam como exemplo:

Em 1936, por exemplo, Robert Wood (CEO da Sears Roebuck) apontou orgulhosamente para sua condição de “guardião” daquelas amplas responsabilidades sociais que não podem ser apresentadas matematicamente e que, ainda assim, são de importância fundamental. (1999, p.72)

Em 1953 outro caso semelhante ao de Ford foi julgado nos Estados Unidos, quando A.P.Smith Manufacturing Company versus Barlow, retomou publicamente um debate sobre a RSE. Porém, nesse caso, a decisão da Suprema Corte de Princeton foi contrário aos interesses dos acionistas, favorecendo a doação de recursos para a Universidade de Princeton, esclarecendo que a corporação poderia sim buscar o desenvolvimento social. (ASHLEY, 2005)

A partir desse momento, começou-se a defender que a filantropia era uma ação válida das empresas para obter lucros, através de ações da RSE. Nesse sentido, explica Ashley:

A partir de então, defensores da ética e da responsabilidade social corporativa passaram a argumentar que, se a filantropia era uma ação legítima da corporação, então outras ações que priorizam objetivos sociais em relação aos retornos financeiros dos acionistas seriam de igual legitimidade, como o abandono de linhas de produto lucrativas, porém nocivas ao ambiente natural e social. (2005, p.46)

Ainda nas décadas de 1950 e 1960, os princípios da caridade e da custódia foram aceitos nas empresas americanas à medida que um número maior de companhias passaram a adotar que “o poder traz responsabilidades”. Nesse sentido Stoner e Freeman citam:

Até mesmo companhias que não subscreviam esses princípios percebiam que, se não aceitassem as responsabilidades sociais por sua livre vontade, seriam forçadas a aceitá-las por imposição do governo. Muitas outras acreditavam que reconhecer as responsabilidades sociais era questão de “auto-interesse-esclarecido”. (1999, p. 72)

A primeira vez que o termo Responsabilidade Social surgiu de forma escrita, foi em um manifesto subscrito por 120 indústrias inglesas. Este documento defendia que a responsabilidade dos dirigentes das indústrias era manter o equilíbrio justo entre vários interesses: o do setor público, dos consumidores, dos funcionários e dos acionistas. (VALERIO, 2007)

No entanto, de acordo com este último autor, a literatura formal sobre a Responsabilidade Social originou-se nos Estados Unidos, em 1953, com o livro “*Social responsibilities of the businessman*”, de Howard Bowen, no qual o tema ganhou destaque e espaço em estudos e debates. Neste livro se defendia que a responsabilidade dos dirigentes das indústrias era de manter o equilíbrio justo entre todos os envolvidos, como o setor público, os consumidores, acionistas e funcionários, e desse forma, contribuir também para o bem-estar da sociedade.

Segundo Ashley (2005), na década de 1960 o tema RSE começa a ser discutido também na Europa, através de autores como Bowen, Mason, Chamberlain, Andrews e Galbraith.

Constata-se também que até a década de 1960, as ações de responsabilidade social empresarial tinham enfoque na atuação do empresário como responsável, e não na empresa, tornando dessa forma a atuação no social uma ação individual do empresário.

Nos anos de 1970 e 1980 é que começa de fato a discutir no meio empresarial e acadêmico a importância da RSE, implicando em que as empresas tivessem consciência com relação aos impactos gerados na sociedade. Da mesma forma, provocar as empresas para que se manifestassem na incorporação de princípios éticos na gestão de seu trabalho, realizando investimentos em programas e projetos sociais no intuito de colocar em prática ações de Responsabilidade Social Empresarial. (FREITAS, 2009)

Nesse sentido, Neto e Froés apud Freitas, expressam que:

A empresa deve financiar projetos sociais por que é certo, justo e necessário assim proceder. É um mecanismo de compensação das “perdas da sociedade” em termos de concessão de recursos para serem utilizados pela empresa. E não uma ação caridosa, típica dos capitalistas do início do século, que utilizavam filantropia como forma de expiação dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis às custas da exploração do trabalho das pessoas e dos recursos naturais abundantes.(2009, p.30)

Ou seja, nota-se que o objetivo das empresas continua ainda sob a perspectiva do lucro, porém, a partir desse momento, em vez de buscarem a

maximização do lucro em curto prazo, estão começando a buscá-lo em longo prazo, através dos projetos, programas e políticas de RSE.

Na década de 1990, Donna J. Wood realizou um relevante esforço na consolidação de trabalhos teóricos sobre o conceito de responsabilidade social corporativa. Em 1991 foi desenvolvido por Wood um modelo de desempenho social corporativo, dividindo a organização com base em princípios de responsabilidade social, com processos de resposta social e resultados/ações de responsabilidade social, dividida em 4 terminologias: RSC1 – Responsabilidade Social Corporativa; RSC2 – Responsividade social corporativa; RSC3 – Retitude social corporativa e; RSC4 – Cosmos, ciência e religião. Esse modelo foi aplicado anos mais tarde, no Brasil, por Michael Hopkins. (ASHLEY, 2005)

É importante ressaltar que esse modelo de desempenho social surgiu a partir da necessidade de se construir ferramentas teóricas que pudessem ser testadas e aplicadas no meio empresarial, no intuito de “medir” as obrigações sociais executadas pelas empresas.

A partir desse momento, iniciam-se a introdução de conceitos como os *stakeholders*², transformando e ampliando a RSE, no intuito de distribuir as responsabilidades e os benefícios. Nesse sentido, ASHLEY cita:

A transposição da discussão da responsabilidade social para além da corporação compreende adotar uma perspectiva orientada para a sustentabilidade do próprio conceito, uma vez que expõe a necessidade de uma efetiva rede de negócios que incorpore o conceito da responsabilidade social em todas as transações dos *stakeholders* associados a essa rede de negócios. Nesse sentido, surge o conceito de desempenho social dos *stakeholders*. Surge também o conceito de sistema empreendedor justo, nos qual os benefícios e as responsabilidades são distribuídos com justiça entre os *stakeholders*. (2005, p.51)

Acima, destacamos a evolução da RSE ao longo da história no contexto mundial. Para um melhor entendimento do assunto, a seguir, será situada a RSE no contexto brasileiro.

² As partes envolvidas, termo que Souto (2003) utiliza, esta relacionado com o que se denomina por *stakeholders*, já citado ao longo desse trabalho. Os *stakeholders* são compostos pelas partes interessadas, sendo eles os acionistas, os empregados, fornecedores, clientes, comunidade, meio ambiente e, governo e sociedade.

3.2 Situando a Responsabilidade Social no Brasil

A partir do século XX, seguido de muitas crises, foi que o poder social em crescimento das empresas e a constituição de uma sociedade adequada aos negócios, confirmaram-se forma quase que incontestável (ASHLEY, 2005). Todavia o ideário neoliberal, que coloca a redução do Estado, o equilíbrio fiscal, a abertura das economias nacionais à competição internacional, a redução de investimentos em políticas sociais e ambientais, a flexibilização de direitos, privatização de serviços públicos e aumento de impostos, acaba por fomentar as ações de RSE no Brasil.

No final do século XX, a ideologia Neoliberal se firma de um lado, mas é confrontada com as desigualdades sociais, corrupção, degradação ambiental, concentração de renda, degradação do nível de vida, altos índices de desemprego, que assolavam de forma geral, a sociedade.

Nesse sentido, aparecem críticas ao modo de operar das empresas, onde os seus impactos sociais negativos cresceram e sinalizaram a entrada de uma fase em que se tornava mais difícil as pessoas acreditarem que interesses sociais e interesses empresariais combinavam naturalmente.

É nesse contexto que, segundo Ashley (2005), o movimento da RSE aparece como resposta às críticas e, ao mesmo tempo, vem tentando firmar novos compromissos, mais adequados às atuais condições econômicas.

No Brasil, a difusão do conceito de RSE é recente. As primeiras discussões acerca da temática situam-se na década de 1960, quando um grupo de empresários fundou em São Paulo a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) – Brasil, com o objetivo de promover o debate sobre o balanço social. (ARAÚJO, 2005)

Iniciava-se, então, as discussões acerca da RSE, predominante em seminários, congressos e palestras. A ADCE-Brasil foi a pioneira em promover atividades sobre a RSE, entendendo o social como valor que representa o compromisso social da empresa. Ainda, encarando a RSE como assunto estratégico, e possibilitando, talvez, um avanço na busca de uma consciência do empresariado na sua relação com as responsabilidades sociais.

Nas décadas de 1970 e 1980, de acordo com Valério (2007), outros grupos se organizavam, criando instituições como a Fundação Instituto de Desenvolvimento

Empresarial (FIDES), tendo ainda a ADCE atuante em projetos de caráter educativo, e a criação do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais.

A RSE vem sendo um tema em grande ascensão no Brasil e vem sendo discutido desde meados da década de 1960. Mas é somente na década de 1990 que ganha forças, pela crescente produção acadêmica, lançamento de premiações e fundação de organizações com o intuito de promover o conceito.

Em 1981 o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) criou o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais, com o intuito de democratizar a informação e, acabou indo muito além disso, quando em 1993 foi lançado a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Esta, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), se transformou em um marco na aproximação dos empresários com as ações sociais. (IBASE, 2009)

Em 1998 foi criado o Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, caracterizado por uma organização sem fins lucrativos e se configurando como:

um pólo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. (ETHOS, 2010)

Ou seja, o Instituto Ethos surgiu como ferramenta para auxiliar os empresários na implementação de projetos e ações ligadas a RSE, a fim de gerir negócios de forma socialmente responsável e se tornando uma referência no assunto.

Ainda na mesma década, de acordo com Ashley (2005), foram criadas outras instituições, que demonstraram a evolução do tema, como o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o Núcleo de Ação Social (NAS) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e a Associação de Empresários pela Cidadania (Cives).

Vale ressaltar que, fundado em 1995, o Gife foi o primeiro a transformar o interesse empresarial em investimento social privado, sendo a primeira entidade a se preocupar com a responsabilidade empresarial, adotando assim o termo “cidadania empresarial” para se referir as atividades realizadas com o intuito de transformar e melhorar a sociedade. (VALÉRIO, 2007)

Outro fato que elucida a propagação do tema são as diversas premiações existentes no Brasil acerca da RSE, como por exemplo: Selo Empresa Cidadã (Câmara Municipal de São Paulo); Top Social ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil); Prêmio Eco (Amcham – Câmara Americana de Comércio); Prêmio Balanço Social (Fides, Ibase, Instituto Ethos, Serasa, Bolsa de Valores de São Paulo); Selo Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq, originada na Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), entre outras. (ASHLEY, 2005)

Nesse viés, há também uma evolução no aumento da produção acadêmica. As instituições de ensino superior passam a incorporar o tema da RSE no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como em encontros, workshops, seminários, congressos e no maior evento acadêmico da área de Administração, o Encontro Anual da Associação dos Cursos de Pós-Graduação em Administração (Enanpad). Esse encontro classifica a RSE como uma nova área de conhecimento, a “Gestão Social e Ambiental”. (ASHLEY, 2005)

Segundo SOUTO:

O termo Responsabilidade Social vem integrando os avanços em várias áreas, tornando-se um movimento que expande aspectos de ética, cidadania e direitos humanos, e que vem sendo denominado de diferentes formas, como cidadania empresarial, empresa cidadã, empresa ética, ética nos negócios, entre outros. (2003, p.13)

Dessa forma, verificamos que pode haver diferentes entendimentos acerca do conceito de RSE. Por isso se faz importante definir este conceito sob as diversas perspectivas e quanto às práticas realizadas na área por profissionais do Serviço Social.

3.3 Conceitos atuais de Responsabilidade Social Empresarial

O debate atual sobre o comportamento ético das empresas vem tomando lugar na prática administrativa, como caminho ou alternativa para sobreviver as mudanças de paradigma e ao ambiente de competição que vivenciam as empresas nos dias de hoje. Sendo assim, a Responsabilidade Social Empresarial assume papel de destaque e vem sendo discutida em diversas esferas da sociedade civil e por diversos autores.

A conscientização de desempenhar um papel de cidadania junto à sociedade já se tornou uma realidade entre várias organizações, sendo crescente o número de empresas que passaram a criar fundações e participar de iniciativas de apoio a causas sociais, como forma de retribuição à sociedade.

Porém, muitos empresários o fazem de maneira equivocada, em dois sentidos, segundo Aragão e Karkotli (2004). Primeiro, porque pensam que com simples doação de recursos e o incentivo a práticas de voluntariado já estão atuando com responsabilidade social, e segundo, por utilizarem da mídia para realizarem propagandas de como suas empresas são socialmente responsáveis. Pode-se considerar que as iniciativas dessas empresas sejam de fundo filantrópico, assistencialista ou propagandista e não se constituem no verdadeiro sentido da Responsabilidade Social Empresarial. Há a necessidade de fazer a diferenciação entre a Responsabilidade Social e a filantropia. Segundo o Instituto Ethos:

A filantropia é basicamente uma ação social externa da empresa, que tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não governamentais, associações comunitárias, etc.) e organizações. A Responsabilidade Social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com o público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar atender e incorporar aos negócios. Assim, a responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz. (ETHOS,2010)

Ou seja, a filantropia depende da boa vontade e da disponibilidade financeira da empresa, sendo muitas vezes, retirada ao primeiro sinal de dificuldade na direção da empresa. A responsabilidade social permeia-se na valorização das pessoas, da sociedade e os diferentes *stakeholders*, procurando manter também valores como a ética e a transparência nas relações empresariais.

A RSE tem efeitos da economia global e passa a adotar padrões éticos e morais, seja pela necessidade das próprias organizações em manter sua imagem perante a sociedade, ou seja, pelas demandas diretas exigidas pela sociedade. Sendo assim, o que ocorre é nada mais, nada menos do que uma resposta às pressões sociais e econômicas criadas pela globalização.

A RSE tem diferentes visões. Uma síntese conceitual é apresentada no quadro a seguir.

Autores	Conceituação
Bowen (1943)	Obrigação do empresário de adotar políticas, tomar decisões e acompanhar linhas de ação desejáveis, segundo os objetivos e valores da sociedade.
Petit (1976)	Ética do lucro dando lugar à ética da responsabilidade social: demandas sociais que não podem ser satisfeitas pelas técnicas tradicionais de gerência empresarial, ou seja, com funções especificamente econômicas.
Friedman (1970)	Responsabilidade Social é um comportamento anti-maximização de lucros, assumido para beneficiar outros que não acionistas da empresa. Portanto, existe somente uma responsabilidade da empresa: utilizar seus recursos e organizar suas atividades com o objetivo de aumentar seus lucros, seguindo as regras do jogo de mercado.
Kugel (1973)	Desenvolvimento do conceito de responsabilidade social: acompanhou a própria evolução dos programas sociais estabelecidos pelas empresas americanas. Os executivos passaram a aceitar a necessidade de realizar certas ações e procurarem fazer com que fossem componentes regulares das operações das empresas.
Zenisek (1979)	Responsabilidade Social como uma preocupação das empresas com as expectativas do público. Seria, então, a utilização de recursos humanos, físicos e econômicos para fins sociais mais amplos, e não simplesmente para satisfazer interesses de pessoas ou organizações em particular.

Quadro 1: Síntese Conceitual de responsabilidade social

Fonte: Adaptado de Hatz por Capudi (2001:39). In: Aragão e Karkotli (2004, p. 57).

Verifica-se que no início da conceituação do tema visava-se estabelecer ações sociais no sentido de suprir as expectativas ou até mesmo imposições colocadas pela sociedade frente à atuação empresarial.

Já para uma análise mais atual, acredito ser importante ressaltar alguns conceitos acerca da temática através de fontes mais recentes, como segue no quadro a seguir.

Autores	Conceituação
Instituto Ethos (2010)	Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.
Aragão e Karkotli (2004)	É o comportamento ético e responsável na busca de qualidade nas relações que a organização estabelece com todos os seus <i>stakeholders</i> , associado direta e indiretamente ao negócio da empresa, incorporado à orientação estratégica da empresa, e refletido em desafios éticos para as dimensões econômicas, ambiental e social.
Ashley (2002)	Responsabilidade Social significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todos. Para alguns, ela representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros, ainda, o significado transmitido é ‘responsável por’, num modo causal. Muitos, simplesmente, equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente.
Souto (2003)	É um movimento que vem ganhando amplitude no mundo do trabalho. Ela é um modelo de gestão empresarial baseada em princípios e valores éticos, onde a empresa estabelece relações de reciprocidade e co-responsabilidade com todas as partes envolvidas em seus negócios.

Quadro 2: Síntese Conceitual de Responsabilidade Social na década de 2000.

Fonte:Elaboração própria, com base em ETHOS(2010), ARAGÃO e KARKOTLI (2004), ASHLEY (2005) e SOUTO (2003).

Diante dos conceitos expostos, de forma geral, pode-se considerar que as empresas passaram a ter preocupações com as atitudes éticas que afetam a todos os seus públicos (*stakeholders*), que impliquem na promoção de valores e comportamentos morais, com meio ambiente e na contribuição para a sua sustentabilidade, e também no maior envolvimento com as comunidades em que estão inseridas.

Dessa forma, considero que a RSE surgiu no campo empresarial sob diferencial empresarial, sendo considerada como uma forma ética de gerir seus negócios no relacionamento com todos os stakeholders, ou seja, com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Proporcionando dessa forma, uma gestão transparente, preocupada em contribuir com o desenvolvimento econômico, simultaneamente, a qualidade de vida de seus funcionários e familiares, da comunidade local, da sociedade e do meio ambiente.

Nesse viés, o Assistente Social vem sendo cada vez mais requisitado a atuar nessa área, como profissional capacitado a atuar na elaboração e criação de estratégias, programas e ações sociais, com propostas e metodologias qualificadas. Subsidiando as empresas na implementação de políticas de gestão de pessoas e políticas de RSE.

Agora que conceituamos e situamos a Responsabilidade Social no contexto histórico e também como atual campo de trabalho para os assistentes sociais, no próximo capítulo irei levantar considerações a cerca da temática para profissionais que participaram dos ENPESS de 2004, 2006 e 2008.

4. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO TEMA NOS ENPESS

O ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social se consolidou na década de 1990, como o mais importante evento nacional de pesquisa organizado Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS³. Tem como objetivo avançar na implementação de um espaço de debates e de interlocução acadêmica do Serviço Social, *“contribuindo para o fortalecimento do compromisso político e da articulação de forças com vistas ao avanço do projeto ético-político profissional do Serviço Social”*. (CRESS, 2008)

Os encontros acontecem a cada dois anos e tem como público e participantes: pesquisadores, professores e estudantes de graduação e pós-graduação, grupos de pesquisa, profissionais, Programas de Pós-Graduação e Cursos de Graduação da área do Serviço Social e áreas afins.

Para a realização de nosso estudo neste TCC, foram selecionados os trabalhos aprovados nestes encontros, nos anos de 2004, 2006 e 2008, cujos títulos e conteúdo sugeriam discussões e conceitos acerca da Responsabilidade Social Empresarial. Foi realizada uma pesquisa entre os 2.047 artigos dos IX(2004), X(2006) e XI(2008) ENPESS, procurando por termos como Serviço Social Empresarial, Responsabilidade Social Empresarial, Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Social. Posteriormente, após a leitura, os mesmos foram classificados em categorias de análise como: região do país, tipos de empresas envolvidas, tipos de projetos, conceitos da RSE, relatos de experiência, principais autores do Serviço Social. Para melhor compreensão da categoria de análises recorrer aos levantamentos feitos de cada artigo selecionado em cada um dos três encontros, em tabelas inseridas nos Apêndices A, B e C, neste trabalho de conclusão de curso.

³ A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) passou a denominar-se com este nome a partir de 1996. Anteriormente, quando criada em 1946 denominava-se ABESS (Associação Brasileira de Escolas de em Serviço Social), e em 1979, passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Essa entidade assumiu ao longo de sua trajetória, a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional. Com a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento, passou a incorporar o debate da pesquisa no Serviço Social. (ABEPSS, 2010)

Inicialmente segue a baixo o quadro com os dados gerais de cada ENPESS.

ENPESS	Data	Local	Tema Geral	Total Artigos	Artigos RSE
IX	30 de novembro a 03 de dezembro de 2004	Porto Alegre/RS	Os desafios da produção de conhecimento em Serviço Social: pesquisar o quê? Para que? E como?	540	7
X	03 a 08 de dezembro de 2006	Recife/PE	Crise Contemporânea, emancipação política e emancipação humana	745	11
XI	01 a 06 de dezembro de 2008	São Luis/MA	Trabalho, políticas sociais e projeto ético político profissional do Serviço Social: resistência e desafios	762	11
03	TOTAL			2.047	29

Quadro 3: Dados Gerais dos ENPESS de 2004 a 2008.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais dos ENPESS de 2004 a 2008.

Com base no quadro acima, pode-se constatar que no decorrer desses quatro anos, a temática Responsabilidade Social Empresarial foi trabalhada de forma muito escassa, pois dos 2.047 artigos aprovados nos três encontros, apenas 29 abordaram a RSE, o que significa 1,4% do total de trabalhos aprovados nos três eventos.

Vale ressaltar que alguns dos trabalhos analisados não abordam diretamente a questão da RSE, mas apontam apenas elementos que levaram a discussão do tema.

Para uma melhor compreensão, dividirei a seguir a análise de dados por encontro.

4.1 ENPESS IX – 2004

O IX ENPESS, realizado em 2004, teve como tema central “Os desafios da produção de conhecimento em Serviço Social: pesquisar o quê? Para que? E

como?” e contou com 540 trabalhos aprovados. O encontro foi dividido em 4 eixos principais e 4 sub-eixos, como consta na programação do evento exposta a seguir (ENPESS, 2004):

I – Formação Profissional:

A. Fundamentos do Serviço Social

- História, teoria e método
- Ética em Serviço Social
- Serviço Social, trabalho e reprodução social
- Serviço Social e questão Social
- Serviço Social, direitos e cidadania

B. Estado da Arte

- Implantação e implementação das diretrizes curriculares
- Pesquisa e produção de conhecimento
- Estágio supervisionado
- Implantação e implementação da pós graduação

II – Articulação entre Formação e Exercício Profissional

A. Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade

- Estado e sociedade
- Seguridade Social
- Política Social (Educação, habitação, Meio Ambiente)
- Política Social (Criança e adolescente, pessoas com deficiência, idoso, etnia, gênero)
- Família, e sistema de proteção social
- Movimentos Sociais, organização da sociedade civil e cidadania
- Violência e cidadania
- Planejamento e avaliação política
- Espaços Sócio-ocupacionais

B. Intervenção Profissional – Fundamentos Éticos-políticos, teórico-metodológicos e instrumental técnico-operativo

- Processos sócio-assistenciais
- Gestão e avaliação de programas, projetos e serviços sociais
- Processo político organizativo da sociedade civil
- Exercício profissional e pesquisa

III – Educação Continuada

- Implementação de programas de educação continuada
- Sistema de inovação educação continuada
- Perfil da demanda na área de serviço social para a educação continuada

Dentre os eixos citados acima, o ENPESS de 2004 trabalhou a Responsabilidade Social Empresarial em 7 artigos, em dois eixos temáticos, bem como em dois sub-eixos distintos, como demonstra o quadro a seguir.

ENPESS 2004	Título do Trabalho	Palavras chave	Eixo temático
Artigo 1	A sinergia entre o público e o privado: Um olhar focado no Programa Pró-Conselho Brasil	Conselhos, Terceiro Setor, Responsabilidade Social	Eixo: Articulação entre Formação e Exercício Profissional. Sub Eixo: Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade. -Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Cidadania
Artigo 2	Comunicação coordenada: o "terceiro setor" no contexto Brasileiro: a expansão nos anos 90	Terceiro setor, Estado, Voluntariado	Eixo: Articulação entre Formação e Exercício Profissional. Sub-Eixo: Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade – Estado e Sociedade.
Artigo 3	Reflexão sobre a formação do assistente social Frente à visão dos gestores	Formação profissional, Mercado de trabalho, Gestores	Eixo: Articulação entre Formação e Exercício Profissional. Sub-Eixo: Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade - Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Cidadania
Artigo 4	<i>Welfare mix</i> : do que se trata?	Welfare mix, Terceiro Setor, Responsabilidade Social das empresas	Eixo: Articulação entre Formação e Exercício Profissional. Sub-Eixo: Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade – Estado e Sociedade
Artigo 5	Responsabilidade social: uma abordagem em empresas de Maceió	Qualidade de vida no trabalho, Responsabilidade Social, Discurso	Eixo: Formação Profissional Sub-Eixo: Fundamentos do Serviço Social – Serviço Social, trabalho e Reprodução Social
Artigo 6	Trabalho alienado e responsabilidade social	Trabalho alienado, responsabilidade social, qualidade de vida, prática discursiva	Eixo: Formação Profissional Sub-Eixo: Fundamentos do Serviço Social – Serviço Social, Trabalho e Reprodução Social
Artigo 7	Responsabilidade social empresarial: práticas e auto-representações	Responsabilidade Social Empresarial, discursos	Eixo: Formação Profissional Sub-Eixo: Fundamentos do Serviço Social – Serviço Social, trabalho e Reprodução Social

Quadro 4: Dados demonstrativos do IX ENPESS 2004 conforme eixo e sub-eixo temático

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do IX ENPESS – 2004.

Dentre os artigos apresentados no ENPESS IX – 2004 destaca-se que 21% deles estavam dentro do eixo “Formação Profissional” e 78% no eixo “Articulação entre Formação e Exercício Profissional”, como mostra o gráfico a seguir.



Gráfico 1: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2004 por cada eixo temático.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do IX ENPESS 2004.

Observa-se que mesmo que o eixo “Articulação entre Formação e Exercício Profissional” tenha maior representatividade sobre os outros apresentados, a temática RSE é pouco trabalhada dentro do mesmo, como podemos notar no próximo gráfico.

Eixo: Articulação entre formação e Exercício Profissional

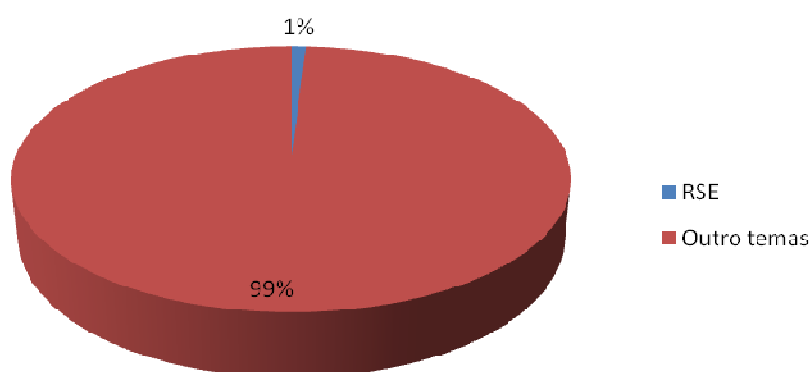


Gráfico 2: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados no eixo temático “Articulação entre formação e Exercício Profissional” no ENPESS de 2004.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do IX ENPESS 2004.

Já no eixo “Formação Profissional”, mesmo com uma representatividade menor em comparação com o eixo citado acima, o número de artigos escritos sobre RSE é maior, como notamos no gráfico a seguir.

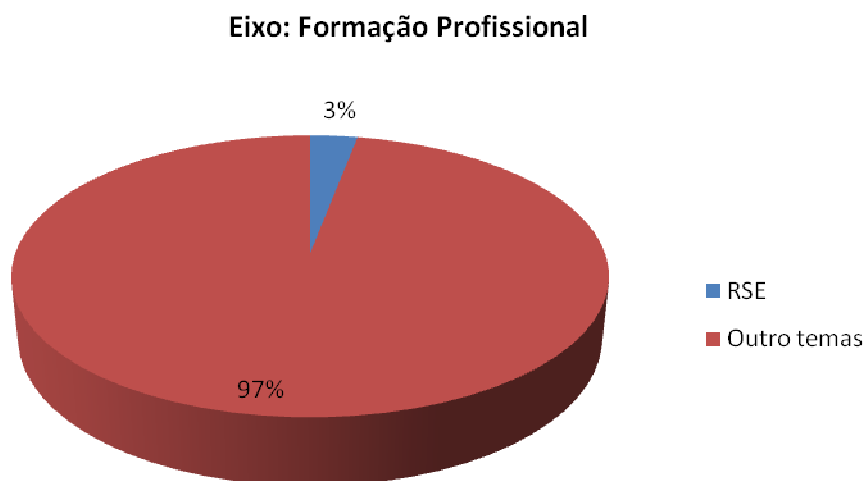


Gráfico 3: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados no eixo temático “Formação Profissional” no ENPESS de 2004.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do IX ENPESS 2004.

Dessa forma, nota-se que a RSE no IX ENPESS de 2004 foi mais trabalhada dentro do eixo temático “Formação Profissional”.

Na relação mais direta com os artigos selecionados, apresentarei seus conteúdos de forma mais detalhada e qualitativa. Dos sete artigos selecionados nesse ENPESS, todos são caracterizados como pesquisa de campo e bibliográfica, não havendo nenhum relato de experiência sobre o tema da RSE. Dentre os mesmos, cinco artigos delimitam em seu corpo uma área geográfica de atuação, sendo os artigos 1, 2, 3, 5 e 7, em áreas como Minas Gerais (posteriormente se estendendo a nível nacional), Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maceió/AL, e Nível nacional, respectivamente.

Apenas dois artigos explicitam os tipos de empresas envolvidas e/ou parceiras em programas de RSE. O artigo 1 não menciona empresas, e sim parcerias de empresas como Abrinq, UNICEF, Instituto Ethos. Já no artigo 5, mesmo sem citar nomes, o trabalho foi dirigido a uma pesquisa entre os gestores de Recursos Humanos de quatro empresas distintas com o objetivo de analisar a efetividade dos programas de RSE dentro das mesmas.

Em se tratando das áreas de atuação dos programas envolvidos, tem-se a delimitação em cinco artigos distintos, dos quais um trata apenas de criança e adolescente, outro trata exclusivamente da perspectiva do voluntariado e um terceiro, além dessas duas perspectivas anteriores, aborda também com a comunidade, educação, saúde, meio ambiente, cultura, apoio à terceira idade e pessoas com deficiência. Ainda os dois últimos artigos trabalham unicamente com o público interno e externo.

Quanto aos principais autores utilizados no embasamento teórico dos artigos, as principais fontes foram: Yazbek, Neto, Melo, Rico, Yamamoto, Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Ashley, Oliveira, Marx, Montaña. Pode-se afirmar que no que se refere ao tema da profissão em si, seus conteúdos, sentido e procedimentos, os artigos se apóiam em autores conhecidos e considerados hegemônicos no interior da produção textual do Serviço Social.

Sobre a temática RSE, dos sete artigos trabalhados, três (artigos 1, 2 e 4) a apresentam como fonte de recursos e fonte de atuação no Terceiro Setor, sendo que um desses artigos aborda a questão do programa de voluntariado no Terceiro Setor, e não a RSE propriamente dita.

O artigo 3 aborda a RSE como uma nova demanda no campo de atuação do Serviço Social, sendo que o profissional atua no âmbito de projetos para funcionários e familiares.

O artigo 5 desenvolve o gerenciamento dos recursos humanos das empresas direcionado a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e da sociedade, através de programas de RSE. Ainda, nesse artigo, a RSE é representada por toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, uma manifestação do compromisso da empresa com o desenvolvimento, o bem-estar, e a melhoria da qualidade de vida dos empregados, familiares e comunidade.

O artigo 6 aborda a RSE atrelada ao modo de produção capitalista, ao processo de industrialização, como especifica Amaral:

Ao se instalarem as indústrias surge a necessidade de manter o trabalhador nas proximidades das fábricas, o que seria, então, uma estratégia de dominação do trabalho. A empresa construía ao seu redor casa, escolas, áreas de lazer e comércio, complementando com benefícios sociais os salários pagos aos trabalhadores. À proporção que a economia se expande, aumenta o flagelo da população, ora explicitado pelo efeito das grandes guerras, ora salvaguardado pela ilusão do consumo que se sustenta na exploração do trabalho pelo capital. As ações de responsabilidade social estão, pois, ligadas ao processo de industrialização da sociedade capitalista. (2004, p 3 e 4)

Ou seja, a RSE é dada como uma prática discursiva, simulando evidências de valorização do bem-estar e da qualidade de vida do trabalhador. Dentro dessa mesma linha, o autor justifica que é necessário valorizar o trabalhador para que este desempenhe melhor o seu trabalho. Esse mesmo artigo é o único que faz uma análise histórica da RSE no Brasil.

Por fim, o artigo 7 entende a RSE através de uma pesquisa de 70 artigos, compreendendo a RSE como o desenvolvimento de ações sociais regulares, de abrangência ampla, desvinculadas do interesse imediato pelo lucro.

Em suma, o IX ENPESS trabalha a Responsabilidade Social Empresarial majoritariamente de forma conceitual, pois dentro dos artigos selecionados não há nenhum relato de experiência quanto à vivência e atuação dos assistentes sociais autores dos artigos em programas de RSE. Por fim, nota-se uma maior representatividade nos programas de RSE relacionados e atuantes junto à entidades e organizações do chamado Terceiro Setor.

4.2 ENPESS X – 2006

O X ENPESS realizado em 2006 teve como tema central “Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana”. O evento teve três grandes conferencistas: Dr. José Paulo Neto (UFRJ), Dr. Marildo Menegat (UERJ) e Dra. Marilda Iamamoto (UFRJ), que durante os debates realizaram reflexões sobre a vida e as relações sociais e os rebatimentos destas no cotidiano dos assistentes sociais.

No ENPESS de 2006 foram submetidos 1.024 trabalhos, sendo que 745 foram aprovados, havendo uma padronização dos eixos e sub-eixos temáticos, e a criação de uma linha de trabalho chamada “Comunicações Orais, Pôsteres e Mesas redondas”, conforme consta na programação do evento a seguir:

I – Fundamentos do Serviço Social:

- 1.1- Ética e Serviço Social
- 1.2- Projeto ético-político
- 1.3- Pesquisa em Serviço Social
- 1.4- Fundamentos Histórico-Metodológicos

II – Formação Profissional e o Trabalho Interventivo do Serviço Social

III – Questão Social e Trabalho

- 3.1- Questão Social e trabalho
- 3.2- Trabalho e classes sociais
- 3.3- Práticas sociais, instituições sociais, lutas e organização
- 3.4- Questão agrária, questão urbana e sócio-ambiental
- 3.5- Questão étnico-raciais, de gênero e de geração
- 3.6- Controle social e participação
- 3.7- Estado, direitos e Democracia

IV – Política Social

- 4.1- Política Social
- 4.2- Planejamento e gestões políticas, programas e projetos sociais
- 4.3- Seguridade social e política setorial
- 4.4- Desenvolvimento Regional

- Comunicações Orais, Pôsteres e Mesas redondas

Dentre os eixos citados acima, no ENPESS de 2006 a RSE foi encontrada nos quatro eixos temáticos, bem como em distintos sub-eixos, como demonstra o quadro abaixo:

ENPESS 2006	Título do Trabalho	Palavras Chave	Eixo temático
Artigo 1	A relação do serviço social com o trabalhador nos programas de responsabilidade social	Serviço Social, Programas de Responsabilidade Social e projeto profissional	Eixo: Fundamentos do Serviço Social Sub-Eixo: Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social
Artigo 2	Pensando a responsabilidade social empresarial: a concepção dos alunos de Serviço Social de Natal PE	Responsabilidade Social Empresarial, Serviço Social	Eixo: Formação profissional e o processo interventivo do Serviço Social
Artigo 3	A dependência de substâncias psicoativas sob as atribuições do Serviço Social organizacional	Responsabilidade Social, responsabilidade familiar, mundo do trabalho	Eixo: Formação profissional e o processo interventivo do Serviço Social

ENPESS 2006	Título do Trabalho	Palavras Chave	Eixo temático
Artigo 4	A questão da solidariedade na atual reestruturação das relações capital x trabalho: cooperativismo e filantropia	Solidariedade, reestruturação capitalista, classes sociais, filantropia e cooperativismo	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub-Eixo: Trabalho e classes sociais.
Artigo 5	Ações de responsabilidade social em Barcarena	Responsabilidade social. Amazônia. Ações sociais	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub-Eixo: Trabalho e classes sociais.
Artigo 6	O serviço social no campo do trabalho e o discurso da responsabilidade social	Serviço Social. Políticas de Assistência Trabalho. Responsabilidade Social	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub-Eixo: Trabalho e classes sociais
Artigo 7	A inserção da pessoa portadora de deficiência visual no mercado de trabalho alagoano	Pessoa Portadora de Deficiência Visual. Mercado de trabalho e responsabilidade social	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub-Eixo: Trabalho e classes sociais
Artigo 8	As estratégias de responsabilidade social das empresas e a conquista da subjetividade do trabalhador	Responsabilidade Social. Trabalhador Coletivo. Consensos	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub-Eixo: Trabalho e classes sociais
Artigo 9	O trabalho voluntário na órbita da responsabilidade social empresarial	Trabalho Voluntário, Responsabilidade Social Empresarial, "Tempo Livre", Força de Trabalho, Exploração, Controle	Eixo: Questão Social e Trabalho Sub-Eixo: Trabalho e classes sociais
Artigo 10	Responsabilidade Social Empresarial: percepções e práticas do empresariado Natalense	Responsabilidade social empresarial, desenvolvimento social	Eixo: Política Social Sub-Eixo: Desenvolvimento Social e Regional
Artigo 11	Gestão social contemporânea: uma questão central na análise das políticas sociais brasileiras	Gestão Social, Participação Social, Parceria, Responsabilidade Social, Solidariedade, Estado, Sociedade Civil	Eixo: Política Social Sub-Eixo: Planejamento e gestões políticas, programas e projetos sociais.

Quadro 5: Dados demonstrativos do X ENPESS 2006 conforme eixo e sub-eixo temático.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do X ENPESS 2006.

Dentre os artigos apresentados no ENPESS X – 2006 e para uma melhor análise, estão sistematizados, no gráfico abaixo, a representatividade de cada eixo temático pelo total de artigos apresentados no evento.

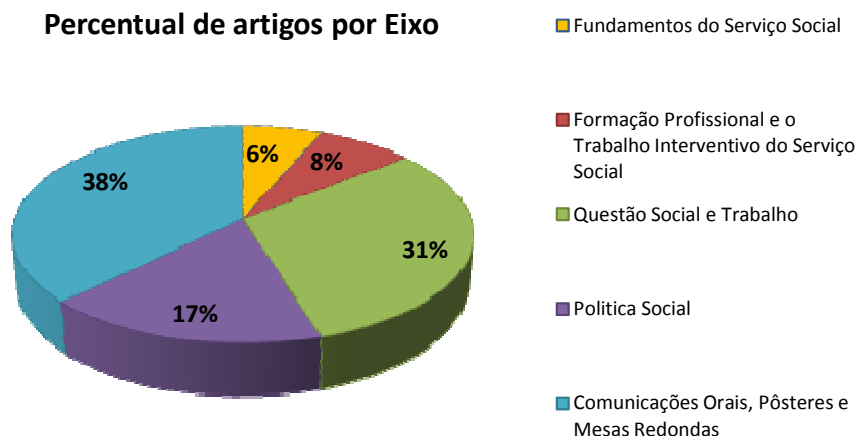


Gráfico 4: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2006 por cada eixo temático.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do X ENPESS 2006.

Observa-se que a maior representatividade do evento se encontra na “Comunicações orais, Pôsteres e Mesas Redondas”, com 38% dos trabalhos totais do evento, mesmo que esse item não venha a se configurar como eixo-temático. Dentre os quatro eixos temáticos, o “Questão Social e Trabalho” teve mais representatividade, com 31% dos trabalhos apresentados.

Tratando-se da temática da RSE no conjunto total de trabalhos, houve a apresentação de poucos trabalhos, como demonstra o gráfico a seguir.

Percentual de artigos de RSE sobre o Total

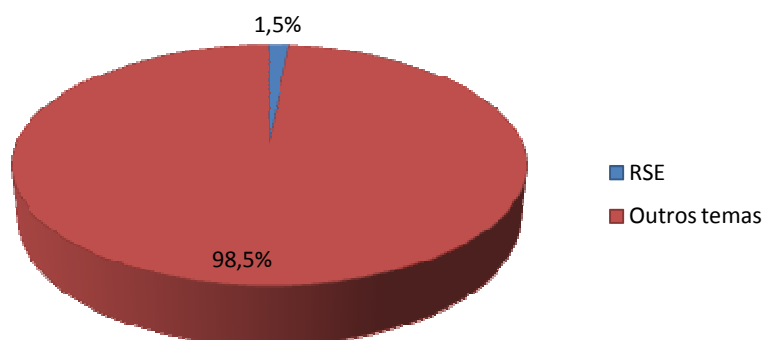


Gráfico 5: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2006 pela temática da RSE.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do X ENPESS 2006.

Dessa forma, pode-se constatar que a representatividade de artigos sobre a RSE trabalhados no ENPESS de 2006 é relativamente pequena, na comparação com o total de trabalhos. Mas se formos analisar a temática da RSE em cada eixo temático, acaba por possuir um caráter representativo maior, como nota-se no gráfico a seguir.

Percentual de artigos de RSE por Eixo

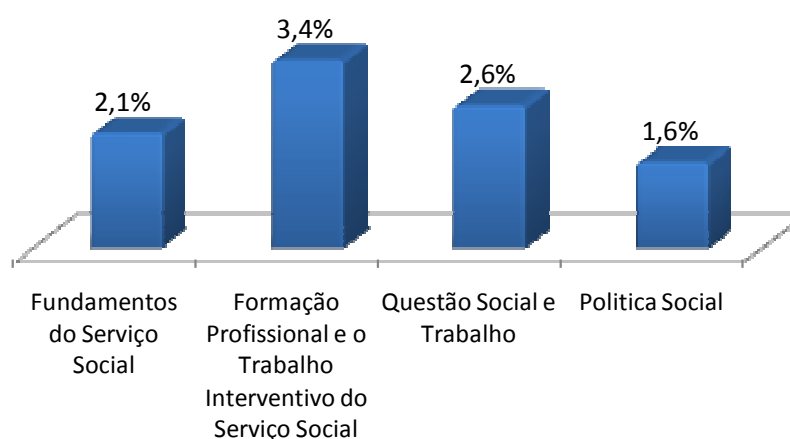


Gráfico 6: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados nos quatro eixos temáticos do ENPESS de 2006.

Fonte: Anais do X ENPESS 2006. Elaboração própria.

Observa-se então que a RSE teve uma representatividade maior quando trabalhada dentro do eixo “Formação Profissional e o Trabalho Interventivo do Serviço Social”.

Passando agora para uma análise mais detalhada e qualitativa dos artigos selecionados nesse ENPESS, irei caracterizá-los dentro de suas especificidades.

Sendo assim, dos onze artigos selecionados, 10 deles se configuraram como pesquisa de campo e bibliográfica. Destes, apenas 1 artigo (artigo 5) pode ser caracterizado como estudo de caso sobre a Empresa Albras-Alunorte, sendo esse ultimo um registro da ações de RSE dessa empresa. Todavia, mais uma vez, não há nenhum relato de experiências sobre ações do Serviço Social em atividades de RSE.

Dentre os onze artigos, apenas seis deles delimitam em seu corpo uma região de atuação, nos quais os artigos 2 e 10 são de Natal/RN. O artigo 1 é da região de Maceió, o artigo 7 é de Alagoas e, por fim, o artigo 5 se situa na região de Barcarena, na Amazônia.

Apenas três artigos explicitam os tipos de empresas envolvidas e/ou parceiras em programas de RSE. No artigo 5 o trabalho foi dirigido a empresa Albras-Alunorte, controlada pela Vale do Rio Doce e Pará Pigmentos. No artigo 6 comenta-se o trabalho realizado pela Usina Coruripe do Grupo Tércio Wanderley, e também o trabalho do Grupo João Lyra, como exemplos de RSE. Já no artigo 8 foram citadas empresas que possuem ações na área de RSE, como a Perdigão, Amanco Brasil, Embraco e Petrobras.

Em se tratando das áreas de atuação dos programas envolvidos, tem-se a delimitação em cinco artigos distintos, dos quais cada um trata de uma área diferente. No artigo 3 são abordadas ações de RSE na dependência de substâncias psicoativas. No artigo 5, ações de RSE com a comunidade, na relação da desapropriação de terras realizadas na região de Barcarena pela empresa Albras-Alunorte. O artigo 7 aborda a contratação de pessoas com deficiência visual, no intuito de conhecer a realidade desse no mercado de trabalho. Por fim, nos artigos 6 e 8 são tematizados a questão do público interno, sendo que neste último entende-se os familiares como público, com os quais são abordados temas relacionados a saúde, cultura e lazer.

Quanto aos principais autores utilizados no embasamento teórico dos artigos, verifica-se que nesse ENPESS de 2006 também há uma multiplicidade quanto à utilização de autores do Serviço Social como aporte teórico na tematização da RSE. As principais fontes foram: Gramsci, Souza Cruz, Yamamoto, Mota, Instituto Ethos, Marx, Araújo, Nogueira, Ashley, Freeman & Stoner, Góis, Montaña, Neto, Yazbek, Vasconcelos, Rico.

Com relação à temática da RSE, dos onze artigos selecionados, quatro artigos abordam mais a contextualização histórica da RSE no Brasil, sem adentrar muito na conceituação do tema, sendo eles, os artigos 5, 8, 9 e 10. O Artigo 5 em específico chega a relatar que não existe uma conceituação fechada de RSE, expondo distintos autores, e, nessa perspectiva a autora expressa:

se evidencia que a Responsabilidade Social Empresarial não se esgota num conceito e nem exclusivamente na execução de ações simples ou até mesmo complexas. Trata-se da postura estratégica que uma empresa assume diante de vários aspectos (valores éticos, relacionamento com todo tipo de profissional em geral, além das práticas adotadas em relação ao meio ambiente e diferentes públicos). (PALHETA, 2006, p 4)

O artigo 8, citado acima, também aborda a questão do voluntariado como forma de atuação na RSE, em conjunto com os artigos 11 e 4. Assim, totalizando, então, três artigos abordando o voluntariado.

Ainda no artigo 4, é abordada a filantropia e o cooperativismo, sendo a filantropia entendida enquanto expressão da RSE. Nesse artigo o trabalho voluntário é entendido como um elemento de exploração e de controle da força de trabalho, na medida em que se constitui na utilização do “tempo livre” do trabalhador. Nesse sentido a autora cita Cunha(2006, apud Abreu, 2006, p.4):

O apelo ao voluntariado fundamenta-se na idéia de que é imprescindível aproveitar o ‘tempo livre’ para a dedicação ao próximo. A questão de um suposto “tempo livre” para o trabalho voluntário existente no contexto atual permeia não somente o discurso empresarial, como também do Estado, das organizações do ‘terceiro setor’ e demais segmentos. Todos invocam a participação e co-responsabilidade dos indivíduos no combate às mazelas empregando o discurso da utilização solidária de um ‘tempo livre’ (2006, p.4).

Assim nesse artigo, o trabalho voluntário representa um mecanismo significativo em ações de RSE.

Os artigos 1, 2 e 6 tematizam o Serviço Social de Empresa, sendo a RSE vista como um novo modelo de gestão, onde o profissional Assistente Social vem sendo requisitado a atuar, principalmente em ações voltadas à gestão de recursos

humanos das empresas, ou seja, evidenciando o trabalho com o público interno. O artigo 6 explicita também que as empresas entendem como ações de RSE aquelas que na verdade já são obrigatoriedade legal, uma vez que tais ações correspondem, muitas vezes, a legislação instituída como direitos do trabalhador. Assume-se, então, um caráter compensatório, uma vez que as empresas se apropriam de direitos e os distribuem como benefícios. Nessa perspectiva, o autor cita o caso do Grupo João Lyra:

No tratamento da saúde de seus colaboradores, o Grupo João Lyra oferece plano de saúde e odontológico, com dentistas que atuam nas próprias usinas, além de convênios com farmácias para descontos na compra de remédios. Como forma de valorizar a dedicação dos trabalhadores, eles recebem prêmios por assiduidade e produtividade. O resultado traduz-se numa média constante de 95% de comparecimento ao trabalho. Outro diferencial é que em nenhuma de suas empresas é permitido o trabalho infantil e, como parte desse compromisso, é proibido qualquer relacionamento comercial com empresas que se utilizem dessa prática. (Grupo João Lyra, 2003, apud AMARAL, 2006.)

Assim, constata-se, que muitas vezes de um ato legal é feito um acontecimento social.

Já no artigo 3, aborda-se o Serviço Social na atuação junto ao tratamento da dependência de substâncias psicoativas como programas de RSE. Trabalha-se em programas que visam o trabalhador e a família, no intuito de fornecer orientações e programas de prevenção e abstinência.

Por fim, no artigo 7, a autora não faz uma conceituação de RSE. O trabalho é desenvolvido a partir de uma pesquisa junto a empresas privadas que contratam pessoas portadoras de deficiência visual, no intuito de conhecer a realidade deste no mercado de trabalho. Enfatiza-se a contratação de pessoas com deficiência como ações de responsabilidade social, onde a autora relata que como resultado da pesquisa, 75% das empresas pesquisadas afirmavam contratar pessoas com deficiência antes mesmo de ser instituída a Lei de Cotas, por estarem preocupadas com essa minoria.

Diante da análise dos artigos, pode-se notar que nesse ENPESS de 2006 a temática da RSE também foi trabalhada de forma indireta, ou seja, onde mais uma vez não há nenhum relato de experiência quanto à vivência e atuação dos assistentes sociais autores dos artigos em programas de RSE, como já havia sido constatado também no ENPESS de 2004. No entanto, nesse evento de 2006 houve

uma representatividade maior no que se diz respeito à contextualização histórica da RSE no Brasil, posteriormente para a questão do voluntariado como ação de RSE.

4.3 ENPESS XI – 2008

O XI ENPESS realizado em 2008 teve como tema central “Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios”.

Segundo a programação do evento, os debates foram orientados para o repensar crítico da profissão face às exigências e desafios do exercício e da formação profissional no quadro atual das transformações da sociedade. A escolha do tema foi respaldada no entendimento de que as estratégias capitalistas investem na fragmentação da classe trabalhadora, em resposta à ordem do capital, aprofundando a questão social a partir da precarização do trabalho, da ampliação do desemprego e das saídas neoliberais dadas pelo capital à sua própria crise.

O XI ENPESS teve 672 trabalhos aprovados, mantendo-se nos mesmos eixos temáticos aprovados no ENPESS de 2006, havendo modificações na tematização dos sub-eixos, conforme consta na programação:

I – Fundamentos do Serviço Social:

- 1.1- Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social
- 1.2- Pesquisa em Serviço Social
- 1.3- Projeto ético-político Profissional do Serviço Social
- 1.4- Ética e Serviço Social

II – Formação Profissional e o Trabalho Interventivo do Serviço Social

- 2.1- Formação Profissional em Serviço Social
- 2.2- Processo Interventivo do Serviço Social

III – Questão Social e Trabalho

- 3.1- Trabalho e classes sociais
- 3.2- Práticas sociais, instituições sociais, lutas e organização da Sociedade Civil
- 3.3- Questão agrária, questão urbana e meio ambiente
- 3.4- Questões étnico-raciais, de gênero e geracional
- 3.5- Controles social e participação
- 3.6- Estado, direitos e Democracia

IV – Política Social

- 4.1- Planejamento e gestão de políticas públicas, programas e projetos sociais
- 4.2- Seguridade Social e Políticas Sociais Setoriais
- 4.3- Desenvolvimento Social e Regional

- Mesas Temáticas
- Grupos e Redes de Pesquisa
- Projeto de Teses e Dissertações de Iniciação Científica

Dentre os eixos citados acima, no ENPESS de 2008 a RSE foi tema em dois eixos dos quatro aprovados no evento, bem como em distintos sub-eixos, como demonstra o quadro a seguir:

ENPESS 2008	Título do Trabalho	Palavras chave	Eixo temático
Artigo 1	Responsabilidade Social das empresas e a Crise do Capital	Democracia, Capitalismo, Sociedade Civil, Trabalho	Eixo: Questão Social e Trabalho. Sub-Eixo: Controle Social e participação social
Artigo 2	A atuação do serviço social institucional: Uma visão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas	instituição privada, comunidade acadêmica, assistência estudantil, prática profissional e Serviço Social.	Eixo: Formação profissional e o processo interventivo do Serviço Social. Sub-Eixo: Processo interventivo do Serviço Social
Artigo 3	Novas estratégias de busca de consenso: o modelo da responsabilidade social empresarial.	mídia, valores, visões sobre responsabilidade social	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Práticas sociais e Instituições sociais, lutas sociais e organização da sociedade civil. / práticas sociais e Instituições sociais.
Artigo 4	A atuação do assistente social nas ações de responsabilidade social desenvolvidas nas empresas em mato grosso.	questão social, atuação profissional, responsabilidade social.	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Práticas sociais e Instituições sociais, lutas sociais e organização da sociedade civil. / práticas sociais e Instituições sociais.
Artigo 5	Mulheres Negras: um ensaio de como se dá a inserção destas trabalhadoras no espaço empresarial.	Mulheres Negras. Trabalho. Diversidade	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Questões étnico-raciais, de gênero e geracional. / Questões étnico-raciais.
Artigo 6	Responsabilidade socioambiental empresarial no cabo de santo agostinho	Produção do Espaço, Responsabilidade Socioambiental Empresarial, Relações Sociais.	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Questão Agrária, questão urbana e Meio Ambiente. / Questão Sócio Ambiental.

ENPESS 2008	Título do Trabalho	Palavras chave	Eixo temático
Artigo 7	A responsabilidade social empresarial e o trabalho voluntário: estratégia de captura da subjetividade do trabalhador	Responsabilidade Social Empresarial; Trabalho Voluntário; Tempo Livre; Subjetividade.	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Trabalho e Classes Sociais.
Artigo 8	O evento (dês) responsabilidade social numa trajetória de exclusão	Cooperativa, responsabilidade social, ajuda filantrópica e ajuda - mútua	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Trabalho e Classes Sociais.
Artigo 9	Tendências do mercado de trabalho e a incidência das transformações contemporâneas sobre a prática do assistente social: a particularidade no âmbito das empresas no Maranhão.	Reestruturação Produtiva. Reforma do Estado. Prática do Assistente Social	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Trabalho e Classes Sociais.
Artigo 10	A Responsabilidade Socioambiental como Espaço de Atuação Sócio-Profissional do Serviço Social	Responsabilidade socioambiental, Serviço Social	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Questão Agrária, questão urbana e Meio Ambiente. / Questão Sócio Ambiental.
Artigo 11	Além dos muros da fábrica: estratégia empresarial e meio ambiente no desenvolvimento local	Produção do espaço; Relações Sociais; Meio Ambiente	Eixo: Questão social e trabalho. Sub-eixo: Questão Agrária, questão urbana e Meio Ambiente. / Questão Sócio Ambiental.

Quadro 6: Dados demonstrativos do XI ENPESS 2008 conforme eixo e sub-eixo temático. – Parte II

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do XI ENPESS – 2008.

Na relação com os eixos temáticos e o total de trabalhos apresentados no XI ENPESS de 2008, a distribuição dos trabalhos por eixo segue no gráfico 7, a seguir, no qual fica evidenciado que o eixo “Questão Social e Trabalho” concentra o maior número de artigos apresentados.

Percentual de artigos por Eixo

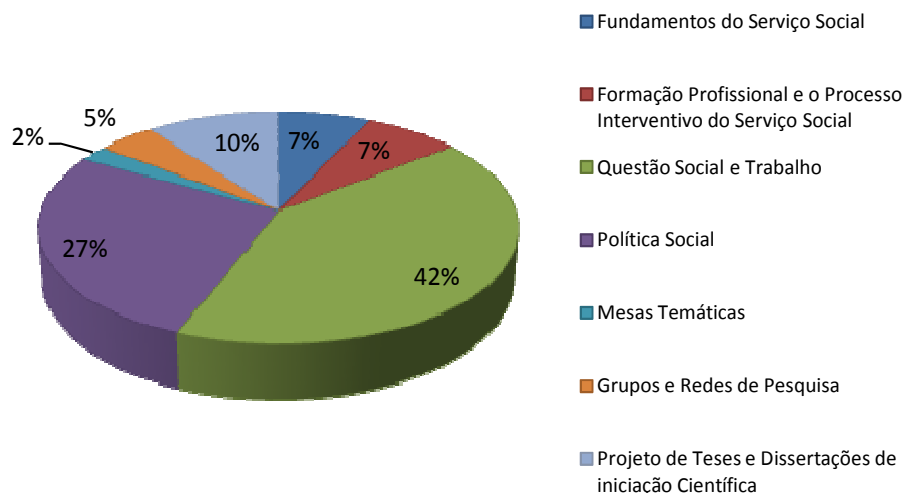


Gráfico 7: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2008 por cada eixo temático.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do XI ENPESS – 2008.

Vale ressaltar que ao tratar da RSE na comparação com o total de trabalhos apresentados no evento, temos uma percentagem relativamente pequena, como vemos a seguir.

Percentual de artigos de RSE sobre o Total

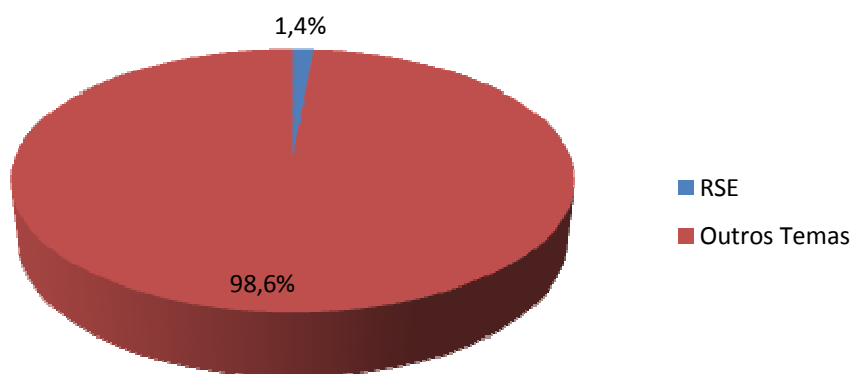


Gráfico 8: Pesquisa comparativa do total de artigos do ENPESS 2008 pela temática da RSE.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do XI ENPESS – 2008.

Dessa forma, podemos observar também, que embora a representatividade do tema RSE no total seja pequena, ela se modifica quando trabalhamos a

representatividade dentro dos dois eixos temáticos que apresentaram artigos ligados a área, como mostra o gráfico a seguir.

Percentual de artigos de RSE por Eixo

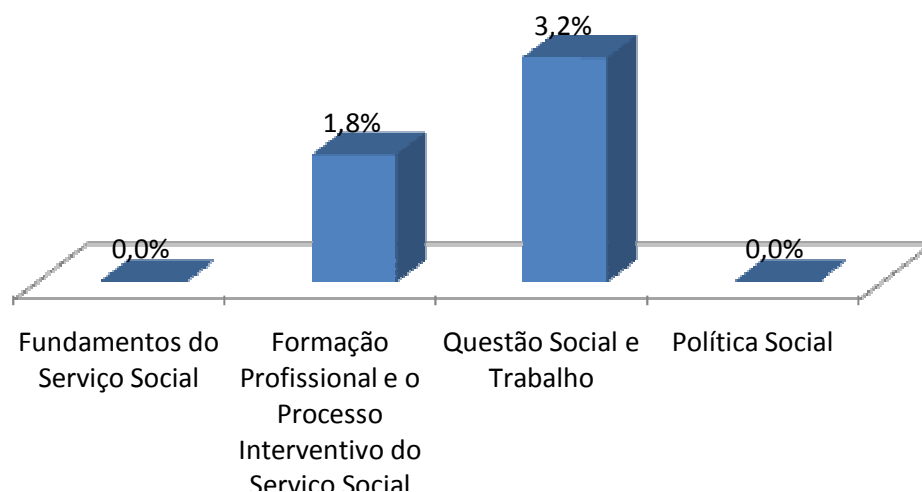


Gráfico 9: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE e demais trabalhos apresentados nos quatro eixos temáticos do ENPESS de 2008.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais do XI ENPESS – 2008.

Observa-se então que o eixo temático “Questão Social e Trabalho” além de ter maior representatividade na relação total de artigos, como vimos anteriormente, também possui uma representatividade maior quando se trabalhado a temática da RSE.

Dessa forma, no tratamento mais direto com os artigos selecionados, passarei a partir de agora a apresentá-los de forma mais detalhada e qualitativa.

Diante da especificidade de cada artigo selecionado, os 11 artigos se configuram como pesquisa de campo e bibliográfica. Destes, os artigos 2 e 8 se configuram também como estudo de caso, no reconhecimento das ações de RSE aplicadas através das instituições em questão.

Dentre os onze artigos, apenas sete deles delimitam em seu corpo uma região de atuação, nos quais os artigos 6 e 11 retratam projetos e programas no Cabo de Santo Agostinho- PE, o artigo 2 é de Campinas, o artigo 3 se refere ao Rio de Janeiro, o artigo 4 menciona o Mato Grosso, o artigo 8 Joinville, e por fim o artigo 9 o Maranhão.

Apenas quatro artigos explicitam os tipos de empresas envolvidas e/ou parceiras em programas de RSE. O artigo 2 aborda o trabalho realizado pela PUC

de Campinas. No artigo 3 trata-se do Jornal O GLOBO. Já no artigo 8 é relatado o trabalho feito pela CONPERANTI, através da parceria com a multinacional Multibrás S.A, dona das empresas Brastemp, Cônsul e Semer. Por fim, no artigo 10 é feito breve relato de experiências sobre a Petrobrás e a Furnas Centrais Elétricas.

As áreas de atuação dos programas envolvidos são explicitados em oito dos dez artigos. A área do Meio Ambiente é assunto em quatro trabalhos, sendo que o artigo 1 também aborda programas voltados aos clientes e fornecedores. No artigo 2, a atuação dos programas é direcionada aos estudantes. O artigo 5 aborda a política da diversidade na questão de gênero e étnica. Por fim, o artigo 7 tematiza o voluntariado como meio de ação da RSE.

Na relação com os principais autores utilizados no embasamento teórico dos trabalhos, constato que nesse ENPESS de 2008 há uma variedade de autores, sendo que destes também há uma presença significativa de autores do Serviço Social. As principais fontes trabalhadas foram: Marx, Carvalho, Souza e Azevedo, Yamamoto, Rico, Yazbek, Peliano, Montañó, Antunes, Froes e Neto, Felix, Faleiros, Gramsci, Alves, Corullon, Monteiro, Raichelis, Mota, entre outros.

Com relação ao tema da RSE, dos quatro trabalhos citados acima com o viés do Meio Ambiente, trabalha-se este tema como atuação da RSE, analisando o impacto social e ambiental das atividades das empresas, e também o trabalho do Assistente Social frente a essa demanda.

O artigo 9 tem como tema principal o surgimento da RSE no Brasil e visa as ações do Serviço Social frente a essa nova demanda de atuação. Já os artigos 1, 4 e 7, além deste tema, menciona outros assuntos, como veremos a seguir.

O artigo 1 explicita o surgimento da RSE como um espaço não preenchido pelo poder público. Nesse sentido, Ponte expressa:

Em meio a este cenário, deveras marcado pela supremacia do capital e de suas personificações empresarias, emerge com vigor, mormente na esfera dos grandes conglomerados transnacionais, o discurso da Responsabilidade Social das empresas, assentado na ação social empresarial nos espaços não preenchidos pelo poder público, já debilitado e incapaz de celebrar o bem comum para todos os segmentos da sociedade (2008,p 1).

Este mesmo artigo leva em conta a atuação de programas de RSE como expressão do Terceiro Setor.

O artigo 4 entende que a RSE é uma estratégia de gestão utilizada pelas empresas como parte da racionalidade empresarial para manter-se no mercado globalizado. Nesse sentido, Santos analisa:

a responsabilidade social empresarial se constitui em uma estratégia de enfrentamento utilizada pelas empresas para garantir a sua permanência no mercado neste momento de ebulição econômico-social e política que estamos vivenciando e que reflete um movimento mundial cuja repercussão tem se feito presente em todas as instâncias da vida dos indivíduos e, obviamente afetado as profissões que se vêem obrigadas a se redefinirem e a se repensarem. (2008 p.2)

E é dentro desse viés que o artigo trabalha também a atuação do Serviço Social no campo da RSE, onde considera que a RSE se configura como campo de atuação profissional, mas que o Assistente Social vê o espaço com certa desconfiança, seja por insegurança, ou por não acreditarem que as ações desenvolvidas pelas empresas possam equacionar os problemas decorrentes das diversas expressões da questão social.

O artigo 7, além da contextualização histórica da RSE, desenvolve reflexões sobre o voluntariado no âmbito da RSE. Este é o único artigo que trabalha essa temática nesse ENPESS, analisando o envolvimento dos trabalhadores na utilização do seu tempo livre com experiências de trabalho voluntário como um recurso das empresas. Dessa forma, verifica-se que as empresas aprimoram o controle de seus trabalhadores com vistas a formar um novo perfil de operário adequado ao atual padrão de produção e trabalho, utilizando-se do voluntariado para cumprirem suas “obrigações” sociais.

O artigo 2 aborda a assistência aos estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) pelo desenvolvimento de programas de inclusão social e atendimento comunitário. Observa-se que dentro desse viés, o que deveria ser um direito do aluno, passa a ser política de RSE.

O artigo 3 desenvolve a utilização da mídia no movimento de RSE, onde analisa o suplemento do jornal O GLOBO “Razão Social”, como um observatório de pesquisa acerca da RSE, ilustrando o pensamento do empresariado sobre a temática. Trabalha-se, contudo, a utilização da mídia para a disseminação das ações de RSE realizadas pelas empresas, analisando as matérias que saem sobre o tema através da “Razão Social”. Este artigo, porém, não chega a conceituação da RSE.

Nesse sentido os autores Garcia, Lage e Nascimento citam:

o termo “Responsabilidade Social” vem sendo difundido como um termo “auto-explicativo” partindo da premissa de que não existiriam dúvidas a seu respeito. Como se fosse um “guarda-chuva” de idéias, o fenômeno nos permite concluir algo já constatado por Cheibub e Locke, que não há consenso sobre o que é Responsabilidade Social Empresarial e sobre o porquê de sua existência. Segundo os autores, as práticas de RSE estão geralmente relacionadas a dois fatores principais: a obrigação moral e/ ou interesse estratégico da empresa. (2008, p.4)

Ou seja, no artigo acaba que tudo e todo tipo de ação empresarial hoje é considerada como RSE.

O artigo 5 trata a contratação de mulheres negras como ação de RSE através de políticas de diversidade, utilizando-se dessas políticas no intuito de heterogeneizar o ambiente de trabalho. Explica Nogueira (apud ASSIS, 2008):

A noção de diversidade diz respeito à composição variada da força de trabalho segundo critérios de gênero, raça/cor, deficiência e orientação sexual. O que se busca nas modernas políticas de diversidade é fazer com que as pessoas empregadas tenham o mesmo grau de heterogeneidade que caracteriza a população em geral, de acordo com os critérios mencionados. (2008.p.3)

Nesse aspecto, o artigo comenta sobre o caso da empresa “Petrobrás”, na qual possui uma Comissão de Diversidade, e da empresa “Furnas Centrais Elétricas” que através da Superintendência de Responsabilidade Social, conta com o “Grupo Gênero – Construindo um olhar coletivo sobre a Mulher”. Essas organizações foram citadas como exemplos de corporações que através da RSE têm investido em Políticas de Diversidade como um avanço no enfrentamento de desigualdades relacionadas à mulher.

Por fim, o artigo 8 questiona a desresponsabilização do Estado e da convocação de organizações civis para o estabelecimento de parcerias no combate à pobreza. O empresariado passa a se utilizar da responsabilidade social como critério de qualidade do capital. O artigo relata o caso da “Cooperanti”, uma cooperativa de material reciclável, que exerce seu trabalho através do apoio de uma grande empresa brasileira, a Multibrás S.A. Eletrodomésticos, recebendo, com isto, assim a certificação de empresa socialmente responsável.

Diante da análise destes artigos, nota-se que nesse ENPESS de 2008 a temática da RSE também foi trabalhada de forma indireta no que corresponde a atuação profissional do Serviço Social. Mais uma vez não há nenhum relato de experiência quanto à vivência e atuação dos assistentes sociais, autores dos artigos,

em programas de RSE. No entanto, nesse evento de 2008 também houve uma representatividade maior no que se diz respeito à contextualização histórica da RSE no Brasil, como vimos também no ENPESS de 2006. Percebe-se também o aumento de trabalhos ligados a área do Meio Ambiente. O restante dos artigos trabalharam temas bem diversificados correspondentes as ações de RSE.

4.4 Reflexões colocadas ao serviço social na RSE a partir dos ENPESS de 2004 a 2008

Ao analisarmos o três encontros do ENPESS aqui expostos, verifica-se que o crescimento no número de artigos apresentados sobre a RSE é quase inexpressivo, mantendo-se pequeno quando comparado ao total de artigos dos três ENPESS, como mostra o gráfico a seguir.

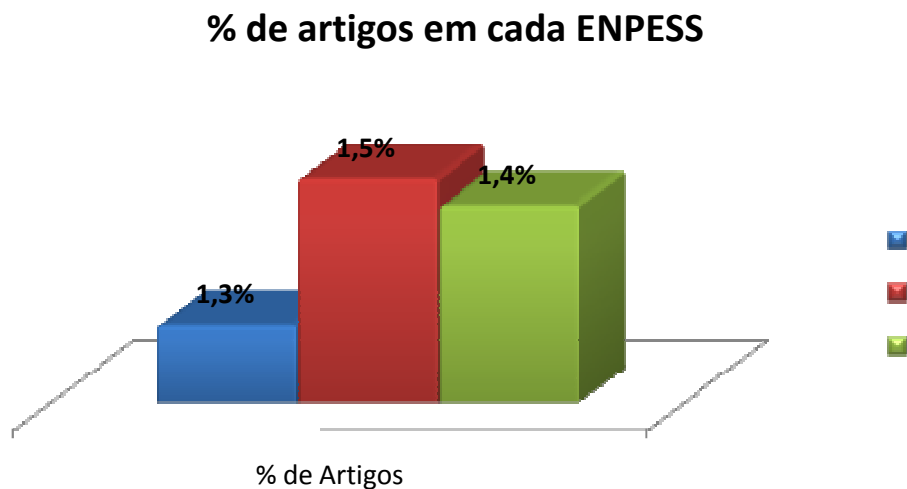


Gráfico 10: Pesquisa comparativa entre os trabalhos de RSE apresentados nos ENPESS de 2004, 2006 e 2008.

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais dos ENPESS de 2004 à 2008.

Observa-se no gráfico anterior que no ano de 2006, há maior participação de artigos de RSE do que em 2008. Esse fato ocorre, pois no último o número de artigos apresentados no total é maior, e sobre o tema RSE é exatamente o mesmo, ou seja, onze artigos em cada um dos dois anos.

Quanto aos principais autores utilizados no embasamento teórico dos trabalhos, verifica-se que Yazbek, Neto, Melo, Rico, Yamamoto, Marx e Montaño foram citados nos três eventos estudados. Verifica-se dessa forma que os trabalhos

se apoiaram em autores conhecidos no interior da produção textual do Serviço Social, com uma mencionável representatividade também nesta pesquisa

Dentre as temáticas dos artigos de RSE, vale à pena destacar que nos três anos os focos foram diferentes. No ano de 2004 os trabalhos tiveram como foco principal a ação da RSE pelo viés do Terceiro Setor. No ENPESS seguinte (2006) os artigos trabalharam principalmente a questão histórica da RSE. Já no ENPESS de 2008 os trabalhos foram direcionados para a questão do meio ambiente.

Sobre os assuntos citados acima, Pfeifer explicita que

Na temática da responsabilidade social empresarial, as empresas estão sendo chamadas a atuarem junto às comunidades, entidades do Terceiro Setor, realizando ações com seus trabalhadores e projetos de prevenção e despoluição do meio ambiente. (2004, p.4)

Observa-se assim, que a partir do momento em que o as empresas privadas passaram a assumir um papel mais ativo em face das responsabilidades do Estado, executando ações de responsabilidade social, passaram também a utilizar-se do Terceiro Setor como caminho para a efetivação de programas relativos ao voluntariado dos trabalhadores, e atualmente, com programas de preservação ambiental.

Vale ressaltar que nos ENPESS de 2006 e 2008, há a presença de artigos que trabalham obrigações legais como demanda da RSE. Ou seja, muitas vezes as obrigações exigidas em lei, como a contratação de pessoas com deficiência, mulheres negras e assistência ao estudante, são caminhos para que a empresa se considere socialmente responsável.

Quanto os programas de atuação, além do voluntariado e do meio ambiente, verifica-se também uma grande menção no que se diz respeito aos públicos externo e interno.

Outro fato que chama a atenção é a ausência de trabalhos no que se diz respeito ao relato de experiências sobre a temática, uma vez que dos 29 trabalhos selecionados nos três eventos, não há nenhum relato de atividades executadas pelo próprio autor do artigo acerca da Responsabilidade Social Empresarial.

Dessa forma, nenhum dos artigos selecionados defende de fato a atuação do Serviço Social no campo da RSE. Comenta-se sim sobre as possibilidades de atuação e efetivação do trabalho na área, mas não há argumentos que direcionem a importância da atuação na RSE pelos profissionais de Serviço Social.

Dentre os artigos que se direcionam á pratica profissional na relação com a RSE, observa-se que o Serviço Social desenvolve uma pratica singular na participação da execução e planejamento das políticas sociais, e também do processo de gestão dos recursos humanos dentro das empresas.

É da competência do Assistente Social “elaborar, implantar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares” (Lei de Regulamentação, 1993, Art. 4º. Inciso I). Diante disso, o campo de atuação profissional no Serviço Social Empresarial é sim um espaço legítimo desta profissão.

Porém, verifica-se através de alguns artigos, que a busca pela efetivação dos direitos dos trabalhadores, nem sempre se constitui como interesse das empresas. Os interesses das empresas em investimentos com programas de responsabilidade social podem ser solícitos, explicitando-se através de leis que as obrigam a cumprirem direitos dos trabalhadores e de seus familiares, ou seja, muitas vezes o que as empresas colocam como práticas de RSE, são na verdade, obrigatoriedade legal.

Dessa forma, as “novas” estratégias e ações desenvolvidas pelas empresas, no intuito de instituir programas sociais destinados muitas vezes ao atendimento de necessidades básicas dos funcionários, tem por finalidade assegurar um quadro funcional com um bom padrão de qualidade de vida.

Foi visto que, o Serviço Social frente a isso e como uma profissão que busca contribuir com a efetivação de direitos sociais, encontra muitas vezes nessas ações sociais elementos que se chocam com os princípios do projeto ético-político da profissão.

Entretanto, segundo a línea “a” do Artigo 7º do Capítulo II do código de ética do Assistente Social que trata das relações das instituições empregadoras e outras, constitui-se direito do Assistente Social dispor de condições de trabalho condignas, sejam em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional, ou seja, assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais executadas por entidades públicas ou privadas.

Em suma, verifica-se a importância de conhecer e reconhecer mais densamente este espaço de prática profissional do Assistente Social para que se possam viabilizar ações em consonância com o projeto ético-político da profissão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa exposta neste TCC, constata-se que os ensaios aqui expostos corroboram na compreensão de que o empresariado busca através de sua política de Responsabilidade Social Empresarial, uma forma de agregar o diferencial aos seus negócios e buscar sua competitividade de mercado, sendo esta hoje, também cobrada pela sociedade.

Nesse aspecto, foi colocada a questão da possibilidade concreta diante da conjuntura que se vive hoje de trabalhar a equidade e a justiça social através de Políticas de RSE.

Porém, fica claro que, mesmo evidenciando a área como campo de atuação do Serviço Social, ainda são poucos os trabalhos que exemplifiquem claramente como se dá a atuação profissional dentro da RSE, uma vez que em nenhum dos artigos analisados houve um relato de experiência. Os artigos selecionados trabalharam de forma geral a contextualização histórica da RSE, a conceituação e as ações executadas nos programas, sendo elas não necessariamente efetuadas pelo Assistente Social.

Para tanto, tratar do trabalho do Assistente Social frente a esta demanda exige muito mais do que conceitos, exige também a percepção da conjuntura do seu surgimento, ligado diretamente à produção capitalista e do trato da questão social.

Desta forma deve-se ter claro o projeto ético-político da profissão e buscar amparo teórico-metodológico na qualificação dos serviços, tendo como base os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

Com isso, os Assistentes Sociais devem estar preparados e instrumentalizados pelo seu processo de trabalho, a fim de efetivarem suas ações nos seus espaços sócio-ocupacionais. Deve-se estar preparando para enfrentar as questões profissionais, não enquanto mera reprodução da realidade social, mas como um espaço de inserção nestas organizações, buscando entender dinâmicas colocadas, e estando comprometidos com construção de um projeto social justo.

Em suma, verificou-se através dos estudos realizados nos ENPESS que a RSE é mais evidenciada no âmbito das reflexões em torno de questões relativas à gestão empresarial, ou seja, ainda são escassos os estudos que tratem da RSE

enquanto temática abrangente que envolve aspectos para investigação e prática na área do Serviço Social.

Nessa perspectiva, acredito ser necessária a realização de pesquisas que busquem investigar a Responsabilidade Social Empresarial não apenas enquanto técnica de gestão, mas sim enquanto ações sociais latentes e presente no modo de produção e reprodução da vida social, sendo, portanto, permeado de agentes contraditórios e merecendo ser desnudado em sua totalidade, o que torna a temática de extrema relevância para as análises sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. A QUESTÃO DA SOLIDARIEDADE NA ATUAL REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITAL X TRABALHO: cooperativismo e filantropia como elementos estratégicos. In: **X Encontro Nacional dos Pesquisadores em Serviço Social**, Recife, 2006.

AMARAL, Maria Virginia Borges. Trabalho Alienado e Responsabilidade Social. In: **IX Encontro Nacional dos Pesquisadores em Serviço Social**, Porto Alegre, 2004.

AMARAL, Maria Virginia Borges. O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DO TRABALHO E O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL. In: **X Encontro Nacional dos Pesquisadores em Serviço Social**, Recife, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8ªed – São Paulo: Cortez; Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ARAGÃO e KARKOTLI, Sueli Duarte e Gilson. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. **O que é responsabilidade social de empresas para o consumidor: significado e influências**. In: Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2005.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ASSIS, Jussara Francisca de. MULHERES NEGRAS: um ensaio de como se dá a inserção destas trabalhadoras no espaço empresarial. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, São Luis/MA, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.1. p.166-184.

CARNEVALE, Bárbara Louise. **O tratamento dado pela categoria profissional à questão ambiental: um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2009.

CESAR, Monica de Jesus. **Serviço Social e Reestruturação Industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional.** In: MOTA, Ana Elizabete. *A nova Fabrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social.* 2ª Ed.- São Paulo: Cortez, 2000. P. 115-148.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à moderna gestão de pessoas.* In: **Gestão de pessoas: novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DAMASCENO, ORIOLI, FERREIRA; Lúbia Badaró, Maria Aparecida Machado e Aline Silveira. *A SINERGIA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: Um olhar focado no Programa Pró-Conselho Brasil.* In: **IX Encontro Nacional dos Pesquisadores em Serviço Social,** Porto Alegre, 2004.

ETHOS – **Instituto de Empresas e Responsabilidade Social:** Indicadores ethos de responsabilidade social. São Paulo, 2001. Disponível em: www.ethos.org.br – acesso em 23 de abril de 2010.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. **Redefinição Política ou Despolitização? As concepções de “terceiro setor” no Brasil.** Tese de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2000.

FREIRE. Lúcia M. B. **O serviço Social na Reestruturação Produtiva:** espaços, programas e trabalho profissional. – São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Dayana Cristina Pereira. **Reflexões sobre o projeto de responsabilidade social Jovem Aprendiz da Uniced.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009/2.

GARCIA; LAGE; NASCIMENTO, Joana, Pamela Menicke, Paula. *Novas estratégias de busca de consenso: o modelo da responsabilidade social empresarial.* In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social,** São Luis/MA, 2008.

HERWEG, Vera e GESSELE, Cleide. **O serviço social nas empresas de Blumenau na década de 90: novas atribuições profissionais.** Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Blumenau: FURB, 2000.

IAMAMOTO, Marila Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade** – trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

IBASE - **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.** www.ibase.br – acesso em 23 de abril de 2010.

MENEGASSO, Maria Ester. **Responsabilidade Social das empresas:** um desafio para o Serviço Social. In: Revista Katálysis, Florianópolis, n.5, p. 63-71, jul/dez. 2001.

META, Grupo. **Serviço Social na empresa:** utopia ou realidade. São Paulo: Cortez, 1980

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3ª ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Ana Elizabete da. **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 2ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda:** as determinações do serviço social na empresa. 2ª Ed – São Paulo: Cortez, 1991.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. Ações de Responsabilidade Social em Barcarena. In: **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Recife, 2006.

PFEIFER, Mariana. **Responsabilidade Social das empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal.** Tese de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2006.

PFEIFER, Mariana. WELFARE MIX: DO QUE SE TRATA? In: **IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Porto Alegre, 2004.

PONTE, Júlio Ramon Teles da. A Responsabilidade Social das Empresas e a Crise do Capital. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, São Luis/MA, 2008.

REGIS, Maria Figuerêdo de Araújo. **Competências profissionais do(a) assistente social do SESI a partir dos anos 1990:** novos desafios. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v.29,n.93, p. 66-82, mar. 2008.

RICO, Elizabeth de Melo. Teorias do Serviço Social de empresa: objeto e objetivos. **“Um estudo do objeto e objetivos do serviço social da empresa a partir da investigação das necessidades de um grupo de operários metalúrgicos”.** 3ª Ed. São Paulo – Cortez, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Tânia Maria Santana dos. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DESENVOLVIDAS NAS EMPRESAS EM MATO GROSSO. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, São Luis/MA, 2008.

SOUTO, Silvani de. **Responsabilidade Social Empresarial**: O papel Social das empresas de transporte urbano da Grande Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Julho de 2003.

STONER, James A. F. e FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5ª Ed. LTC, Rio de Janeiro, 1999.

VALÉRIO, Ingyd Eulália Bonin. **Responsabilidade Social Empresarial**: Será um campo de atuação e efetivação do Projeto Ético-Político da profissão? Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Florianópolis, 2007.

WILBERT, Adriana Zanqueta. **O estado da Arte sobre o tema Sociedade Civil nas produções teóricas do Serviço Social brasileiro**: uma análise nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos 2000. Tese de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela demonstrativa das categorias analisadas nos artigos selecionados no IX ENPESS de 2004.

ENPESS 2004	Região do BR	Tipos de empresas	O que os projetos abordam	Relatos de experiência/pesquisa de campo	Autores	Observações
artigo 1	Inicia em MG em 2001 e já abrange todos os Estados do BR.	Não exemplifica empresas. Explicita a Parceria do Público X Privado. Parcerias: Abrinq, UNICEF, Instituto Ethos, entre outros.	Programa Pró-Conselho Brasil – Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente	Pesquisa sobre o Programa Pró-Conselho Brasil	FOX; Instituto Ethos, MELO, Putnan	A RSE como responsabilidade com o público interna, sociedade e o meio ambiente. Trata-se de desafios para as empresas, onde além de buscarem maior produtividade e competitividade, também devem se preocupar com a legitimidade social na sua atuação.
artigo 2	Rio de Janeiro		Voluntariado	Pesquisa sobre Terceiro Setor	Silveira, Yazbek, Landim, Cardoso, Serra	A RSE inserida como Fundações, no financiamento do Terceiro Setor, enquanto estratégia neoliberal. Trabalha-se mais a questão do Voluntariado inserido no Terceiro Setor, do que a RSE propriamente dita.
artigo 3	Rio Grande do Sul			Pesquisa Formação Profissional - pesquisa com gestores de Instituições	Neto, Balzan, Gentilli, ABESS	Cita a responsabilidade social como campo de atuação profissional do Serviço Social.

Fonte: Anais do IX ENPESS 2004. Elaboração própria.

ENPESS 2004	Região do BR	Tipos de empresas	O que os projetos abordam	Relatos de experiência/pesquisa de campo	Autores	Observações
artigo 4			Programas: voluntariado, comunidade, educação, saúde, meio ambiente, cultura, apoio à criança/ adolescente, apoio a terceira idade e aos portadores de necessidades sociais	Pesquisa sobre as três esferas, Estado, Terceiro Setor e Mercado	PEREIRA, STEIN, Corullón e Medeiros Filho, RICO, Instituto Ehtos, lamamoto	Divisão de responsabilidades entre Estado, terceiro setor e mercado. Redução do papel do Estado frente a atuação social. Welfare Mix.
artigo 5	Maceió - AL	4 empresas de Maceió, aplicados questionários com os gerentes de Recursos Humanos, objetivando analisar a efetividade dos programas de R S E.	Programas no âmbito interno e externo. Interno: assistência médica, hospitalar e odontológica, ginástica, programas de nutrição a palestras educativas de prevenção de DST's/ AIDS, instrução dos funcionários e familiares e auxílio transporte. Externo: Comunidade, parceria com ONGS	Pesquisa "Qualidade de vida no trabalho e o sentido de responsabilidade social no discurso empresarial" Objetivo: identificar as ações componentes dos programas de <i>qualidade de vida e de responsabilidade social</i> desenvolvidos por empresas de Maceió.	Ashley, Elizabeth de Melo Rico, Kameyama,	Gerenciamento dos recursos humanos das empresas direcionados a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e da sociedade, através de programas de RSE.
artigo 6			RSE Interna e RSE externa, sob forma de obter lucros.	Pesquisa - Questão do Trabalho e a RS	Oliveira, Marx,	Breve histórico da RSE. Valoriza-se o trabalhador para que o mesmo trabalhe melhor. Papel do trabalhador na divisão do trabalho
artigo 7	Nível nacional			Pesquisa - Análise de 70 artigos de empresários publicados de 1994 a 2003. Consulta de documentos sobre a R S E.	Jorge Street, Petralti, Senna, FIRJAN, Cheibub e Locke,	Expansão do conceito de R E . O que é RSE. Contradições do discurso a pratica.

Fonte: Anais do IX ENPESS 2004. Elaboração própria.

APÊNDICE B – Tabela demonstrativa das categorias analisadas nos artigos selecionados no X ENPESS de 2006.

ENPESS 2006	Região do BR	Tipos de empresas	O que os projetos abordam	Relatos de experiência	Autores/fundamentos teóricos	Observações
artigo 1	Maceió		Trabalhadores e comunidade	Projeto de pesquisa	Mônica de Jesus Cesar, netto, reis,	O SSO como trabalhador nos programas de RSE. O Serviço Social na atuação em empresas, requisitado para intervir em todas as instancias da vida particular do trabalhador.
artigo 2	NATAL - PE		Meio ambiente	Pesquisa entre os alunos do Serviço Social frente ao trabalho do SSO em programas de RSE, relevância e abrangência.	Melo Neto e Froes, Ashley, Yazbek, Ethos	Tem como objetivo geral analisar as concepções dos alunos dos cursos de Serviço Social de Natal - RN acerca dos conceitos que envolvem as ações de RS Conceitos de RSE.
artigo 3			Dependentes químicos, família		Góis, santos, costa, netto	Objetivos específicos: identificar a contribuição do Serviço Social em relação à dependência de substâncias psicoativas e a responsabilidade social da empresa. Conseqüências sociais, familiares e trabalhistas advindas da dependência de substâncias psicoativas no ambiente organizacional
artigo 4						Filantropia e cooperativismo. Filantropia enquanto expressão da RS. Voluntariado
artigo 5	Complexo Industrial de BARCARENA - Amazônia	Albras e Alunorte, controladas pela Vale do Rio Doce e a Pará Pigmentos	Programas de assistência à comunidade que sofreu desapropriação de terras em função das instalações da Albras-Alunorte, compra de equipamentos	Estudo de caso sobre as ações de Responsabilidade Social em Barcarena	Mota, Souza e Carvalho, Ashley, Moura e Maia, Teixeira e Moura, Coelho, Castro, vasconcelos	Discutir a responsabilidade social no contexto da Amazônia, aonde várias estratégias de desenvolvimento social vêm sendo implementadas por empresas. Conceitos de RSE e contextualização histórica
artigo 6		Usina Coruripe, Grupo Tércio Wanderley, Grupo João Lyra	Público interno		Ethos, Maingueneau, VAISMAN, Filetti	Desafios colocados para o Serviço Social frente aos programas de RSE. Uma questão de direito do trabalhador direcionada como ações de RSE

Fonte: Anais do X ENPESS 2006. Elaboração própria.

ENPESS 2006	Região do BR	Tipos de empresas	O que os projetos abordam	Relatos de experiência	Autores/fundamentos teóricos	Observações
Artigo 7	ALAGOAS		Busca desenvolver uma investigação junto a empresas privadas que contratam Pessoas Portadoras de Deficiência Visual para conhecer a realidade deste grupo frente ao mercado de trabalho, enfatizando ações de RSE e as garantias legais inclusas na contratação desses sujeitos.	Uma análise sobre a Inserção da Pessoa com de Deficiência Visual no mercado de Trabalho em Maceió. Pesquisa: <i>O Sentido de Responsabilidade Social e os mecanismos de gestão e controle do processo de trabalho no discurso da mídia ,da empresa e da comunidade</i>	Rico, Mota, lamamoto, Vasconcelos	Conceitos de deficiência, como as empresas privadas empregam pessoas com deficiência. Contratação por Lei e por programas de RSE.
Artigo 8		Foram citadas varias empresas: Perdigão, Amanco Brasil, Embraco, Petrobras	Encontram-se projetos em diversas áreas de atuação, voltado aos trabalhadores, familiares, saúde, cultura e lazer	Análise de diversas empresas quanto aos conceitos e projetos de RSE	Mattoso, SHIROMA, Gramsci, Souza Cruz, Mota, Esping-Andersen, Ethos	Propostas articuladas em torno da Responsabilidade Social das empresas, surgimento da RSE, toytismo, neoliberalismo, flexibilização. Ausência do Estado. Programa Habitacional PERDIGÃO
Artigo 9				Reflexões da dissertação de mestrado da Universidade Federal do Maranhão. O voluntariado como ação de RSE.	Marx, Araújo, Gonzales, PAOLI, GRAYSON, Harvey, Nogueira, Allen, Ramalho	Reflexões sobre o trabalho voluntário na orbita da R E. Conceituação e história da RSE. Conceituação do Voluntariado
Artigo 10	NATAL/Rio Grande do Norte			Pesquisa sobre as Práticas de RSE. Estudos bibliográficos e pesquisa de campo, RSE no Brasil, e no Rio Grande do Norte	Ashley, Polany, Bateman & Snell; Freeman & Stoner, Ethos, GOIS	RSE: percepções e práticas do empresariado natalense. Conceituação e histórico de RSE
Artigo 11				RSE como novas tendências de gestão. Participação Social e Solidariedade	Montaño, carvalho, Singer, netto, Demo	Gestão social, processo histórico, novas tendências de gestão das políticas sociais. Nova relação entre Estado e sociedade civil

APÊNDICE C – Tabela demonstrativa das categorias analisadas nos artigos selecionados no XI ENPESS de 2008.

ENPESS 2008	Região do BR	Tipos de empresas	O que os projetos abordam	Relatos de experiência	Autores/ fundamentos teóricos	Observações
artigo 1			Meio ambiente, clientes, fornecedores	Pesquisa bibliográfica	Marx, Alba Carvalho	Categorias de Estado e Sociedade Civil, com o surgimento da RSE, nos espaços não preenchidos pelo poder público. Acumulação privada de lucros X bem estar sociedade e meio ambiente. Surgimento Terceiro Setor.
artigo 2	Campinas-SP	PUC - Campinas	Assistência ao estudante, concessão de bolsas de estudo,	Estudo de caso na PUC de Campinas - Responsabilidade Social na PUC de Campinas, diante do atendimento de demandas dos alunos.	Souza e Azevedo, Iamamoto	Trabalha a RSE na assistência aos estudantes, em programas de permanência do estudante e programas de inclusão social e atendimento comunitário. Dessa forma, o que deveria ser um direito, passa a ser RSE.
artigo 3	Rio de Janeiro - RJ	Revista Razão Social – Jornal O GLOBO.	Ação social sob forma de estratégia de sobrevivência e permanência no mercado	Pesquisa bibliográfica - O suplemento do Jornal O GLOBO, as revistas "Razão Social" 2004 à 2008, utilizadas como pesquisa sobre a R S E, através de inúmeras matérias trazer o exemplo de praticas de RSE	Miguel, Cheibub e Locke, RICO	Análise de exemplares da revista Razão Social, empresas, programas, ações, métodos, vinculados a mídia
artigo 4	Mato Grosso - MT			Pesquisa nas empresas do MT, em que consiste a RSE, como é concebida e como se dá a atuação do A.S frente a essas ações.	Iamamoto, Yasbek, Michel Thiollent, Peliano, Montaña	Atuação dos Assistentes Sociais frente às ações de RSE desenvolvidas em empresas do MT
artigo 5			Políticas da diversidade.		Antunes	Mulheres negras no espaço empresarial a partir das ações de R S E.

Fonte: Anais do XI ENPESS 2008. Elaboração própria.

ENPESS 2008	Região do BR	Tipos de empresas	O que os projetos abordam	Relatos de experiência	Autores/ fundamentos teóricos	Observações
artigo 6	Cabo de Santo Agostinho - PE		Meio ambiente Avaliação do impacto ambiental e social das atividades das empresas	Pesquisa sobre os impactos causados pelas ações de RSE e ambiental no Cabo de Santo Agostinho, por empresas inseridas no Pólo Industrial e Portuário de Suape	Faladori, Henderson, Felix, LOURENÇO e SCHRÖDER, Porto-Gonçalves, Froes e Neto, Faleiros	Avaliação do impacto ambiental e social das atividades das empresas. A RSE se expressa enquanto comprometimento com a ética nos negócios e com a avaliação do impacto ambiental e social das atividades das empresas.
Artigo 7			Voluntariado		Antunes, Gramsci, Corullon, Monteiro	Reflexões sobre o voluntariado no âmbito da RSE. Sistema Toyotista.
Artigo 8	Joinville -	COOPERANTI – com o apoio de uma grande empresa de eletrodomésticos do Brasil. (MULTIBRAS S.A. – Brastemp, consórcio, semer	Cooperativa de materiais descartados como lixo, separação de lixo reciclável, orgânico, vidros, metais. Instituto Consulado da Mulher – capacitação da mulher e incentivo a geração de trabalho e renda	Relato sobre a Cooperanti, cooperativa, que funciona com o apoio de uma empresa nacional	Simão, montañó, Raichelis, Gramsci	A cooperanti foi fundada com ajuda do Instituto Consulado da Mulher
Artigo 9	Maranhão				GSERMS, mota, paoli, Antunes, Abreu e Rodrigues, campos, montañó	Transformações contemporâneas sobre a prática dos A.S: particularidades no âmbito das empresas do Maranhão.
Artigo 10		Petrobrás, Furnas Centrais Elétricas	Meio Ambiente	Projeto de dissertação de mestrado. Atuação do profissional frente ao desastre ambiental de petróleo na bacia da Guanabara em 2000	Bovespa, lamamoto, marx, pontes, leff, porto-gonçalves, waldman, netto,	A Responsabilidade Socioambiental como espaço de atuação do Serviço Social
Artigo 11	Cabo de Santo Agostinho - PE		Meio Ambiente			Visa a responsabilidade ambiental no Cabo de Santo Agostinho.

Fonte: Anais do XI ENPESS 2008. Elaboração própria.